

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Júlia de Quevedo Manzano

**“LIBERADO COM CORTES”: *TÁTICA E ESTRATÉGIA* NO JORNAL  
*MOVIMENTO* NO PROCESSO DE LIBERAÇÃO  
DA CENSURA PRÉVIA EM 1978**

Porto Alegre  
2012

Júlia de Quevedo Manzano

**“LIBERADO COM CORTES”: *TÁTICA E ESTRATÉGIA* NO JORNAL  
*MOVIMENTO* NO PROCESSO DE LIBERAÇÃO  
DA CENSURA PRÉVIA EM 1978**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado como requisito parcial para  
a obtenção do título de Licenciado em  
História, pelo curso de História da  
Universidade Federal do Rio Grande do  
Sul (UFRGS).

Orientador: Prof. Dr. Enrique Serra  
Padrós

Porto Alegre  
2012

Júlia de Quevedo Manzano

**“LIBERADO COM CORTES”: *TÁTICA E ESTRATÉGIA* NO JORNAL  
*MOVIMENTO* NO PROCESSO DE LIBERAÇÃO  
DA CENSURA PRÉVIA EM 1978**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado como requisito parcial para  
a obtenção do título de Licenciado em  
História, pelo curso de História da  
Universidade Federal do Rio Grande do  
Sul (UFRGS).

Orientador: Prof. Dr. Enrique Serra  
Padrós

Aprovado em:

Conceito:

**BANCA EXAMINADORA**

---

Enrique Serra Padrós – (Orientador) – UFRGS

---

Antonio Carlos Hohlfeldt – PUCRS

---

Luiz Alberto Grijó - UFRGS

## **AGRADECIMENTOS**

A experiência de ser aluno da UFRGS é uma experiência que transcende a acadêmica. Ao concluir o curso de História, gostaria de agradecer àqueles que, não apenas contribuíram para este trabalho, mas que fizeram parte da vivência dentro da Universidade.

Inicialmente, gostaria de agradecer aos meus pais, por toda a compreensão e apoio aos estudos, acima de qualquer outra coisa. Também ao restante da minha família, em especial, meus irmãos - pela implicância e carinho, sempre tão misturados -, meus cunhados, meus sobrinhos e afilhados.

Aos meus amigos, de longa data, em especial Fernanda, Cristina, Camille, Vanessa e Roberta e aos mais recentes, como Natasha, Carol Corso, Raquel e Tamires, todo o pessoal do FilaK e muitos outros.

Aos meus colegas, sempre tão importantes no importante processo de amadurecimento que a UFRGS nos proporciona, em especial Gabriel, Said, Lutero, Moisés, Diego, Leonardo, as Persas, Carol, Camila, Larissa, Mariana, Thaís e tantos outros queridos.

Ao meu namorado e amigo, Felipe, pelas risadas e tentativas de auxílio.

Ao professor Antonio Hohlfeldt, da PUCRS, por ter me dado a chance de trabalhar com o acervo do jornal Movimento, fonte e objeto deste trabalho.

E finalmente, aos meus professores da UFRGS, em especial ao querido Enrique Serra Padrós, pelo apoio intelectual e emocional dado durante a orientação do TCC, experiência deveras difícil.

*Cada qual que tenha a sua,  
qualquer arma, nem que seja  
algo assim leve e inocente  
como este poema em que canta  
voz do povo – um simples canto de amor  
Mas de amor armado.*

*Que é o mesmo amor. Só que agora  
que não tem voto, amor canta  
no tom que seja preciso  
sempre que for na defesa  
do seu direito de amar.*

*O povo, não é por isso  
que vai deixar de cantar.*

**Thiago de Mello**

## RESUMO

Esta pesquisa pretende-se um estudo preliminar sobre o período de liberação da censura prévia no jornal alternativo *Movimento* de maio até julho de 1978. A partir da análise do conteúdo das matérias sobre política no semanário, mais especificamente as matérias relacionadas às críticas ao regime e aos direitos humanos (tópicos bastante censurados), pretendo ver qual era o tipo de resistência presente nas suas páginas – quatro edições antes do final da censura e quatro edições após a queda da medida repressiva. Para o estudo, utilizarei os conceitos de Michel de Certeau, *tática* e *estratégia*. Enquanto a tática é chamada por De Certeau, de “a arte do fraco” e necessita aproveitar as brechas deixadas pelo *outro*, a estratégia possui um espaço próprio e pode ter um planejamento para acontecer. Além disso, pretendo ver o contexto do semanário, a forma na qual os conteúdos desses dois períodos se relacionavam e quais eram os grupos que ocupavam suas páginas, espaço que possuía vozes diversas.

**Palavras-chave:** *Movimento*; Imprensa Alternativa; Censura; Ditadura Civil-Militar; Repressão; Direitos Humanos; Michel de Certeau; Resistência.

## ABSTRACT

This research aims at a preliminary study on the period of prior censorship release as seen in the alternative newspaper *Movimento de Maio* until July 1978. Based on the analysis of the content of stories focused on politics in the weekly paper, specifically on the stories related to criticism of the regime and to human rights (broadly censored topics), I aim at verifying what was the type of resistance present in this newspaper – four issues prior to the ending of censorship and four issues released after the fall of the repressive measure. To this end, the concepts coined by Michel de Certeau, tactics and strategy will be used in this study. While the tactics is defined by De Certeau as “the art of the weak” and needs to take advantage on the gaps left by the other, strategy has its own space, and may have its own planning in order to happen. Furthermore, the aim here is to see the context of this weekly paper, the way in which the contents on these two periods of time were related and what were the groups that occupied its pages, a space which held different voices.

**Key words:** *Movimento*; Alternative Media; Censorship; Civil-Military Dictatorship; Repression; Human Rights; Michel de Certeau; Resistance.

## SUMÁRIO

1. Introdução.....	08
2. Imprensa alternativa no Brasil e o caso do jornal <i>Movimento</i> .....	19
3. Ainda sob censura: resistência em <i>Movimento</i> até 05 de junho de 1978 .....	32
3.1 Críticas ao Regime .....	35
3.2 Direitos Humanos.....	38
4. “Sem censura!”: resistência em <i>Movimento</i> a partir de 12 de junho de 1978 ....	44
4.1 Críticas ao Regime .....	46
4.2 Direitos Humanos.....	49
5. Considerações Finais .....	58
6. Referências.....	63
7. Anexos.....	66



## INTRODUÇÃO

Na década de 1970 começaram a surgir no Brasil os “movimentos de diferença”, que tinham influência na significação do ano de 1968 para o mundo.

No livro *A tale of two utopias; the political journey of the generation of 1968*, Paul Berman descreve o espírito de 1968 (que perdurou e se espalhou pelos primeiros anos da década de 70) nos Estados Unidos e na Europa ocidental, como marcado por uma visão otimista em relação ao futuro. Esse otimismo advinha da crença de que profundas mudanças estavam ocorrendo no mundo e uma nova sociedade emergiria, mais à frente, de todo o processo.<sup>1</sup>

Esses movimentos teriam ilustrado a cena política mundial e brasileira, constituindo-se como uma “cena política de esquerda”.<sup>2</sup> Porém, no Brasil, houve uma especificidade. Enquanto no restante do mundo esses grupos que lutavam sob a denominação de “alternativos”, confrontavam-se, muitas vezes com as esquerdas de seu próprio país, no solo brasileiro, o pano de fundo desses movimentos era a ditadura civil-militar, o que “incorporava ao *ethos* dissidente e alternativo o sentimento de luta, de ‘resistência’”.<sup>3</sup> Ou seja, não ocorreu no Brasil, uma crítica ao estalinismo e as concepções autoritárias do “socialismo real” como de fato houve na Europa.

No Brasil, o Estado ditatorial se instalou em 1º de abril de 1964, depondo o presidente João Goulart. Na análise de Bóris Fausto<sup>4</sup> sobre o caso brasileiro, a forma que o novo governo encontrou de sustentar no seu projeto foi a partir de um crescimento econômico acelerado somado a concessões muito limitadas à democracia representativa. O milagre econômico brasileiro, para Fausto, foi o exemplo “mais alto da legitimação do regime militar pelos êxitos da política econômica”, sendo suficiente para justificar as medidas repressivas estatais, consideradas em “segundo plano” perto das benesses econômicas, que duraram até 1973, quando o país começa a sofrer o impacto da

---

<sup>1</sup> ARAUJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: Editoria FGV, 2000. p. 16.

<sup>2</sup> *Ibid.*, p. 17

<sup>3</sup> *Ibid*

<sup>4</sup> FAUSTO, Bóris; DEVOTO, Fernanda. *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)*. São Paulo: Ed34, 2004.

primeira crise do petróleo. Além disso, ainda no mesmo pressuposto, os governos civis-militares no Brasil duraram mais de 20 anos, sem interrupções (de 1964 até 1985).

Nesse período, desempenhando um papel contrário ao proposto pela grande mídia na época, o jornalismo alternativo (conhecido também como “nanico”) desempenha múltiplas atividades no espaço midiático. Segundo Bernardo Kucinski, o primeiro jornal alternativo pós-64 surge com Millôr Fernandes, com o relançamento da ex-seção e agora revista autônoma *Pif-Paf*, que logo deixou de ser um periódico apenas de críticas aos costumes, para ser uma revista política. Na sua edição número 8, Millôr publicou um texto na contracapa, que se tornaria famoso:

Advertência. Quem avisa amigo é: se o governo continuar deixando que certos jornalistas falem em eleições; se o governo continuar deixando que certos jornais façam restrições à sua política financeira; se o governo continuar deixando que alguns políticos teimem em manter suas candidaturas; se o governo continuar deixando que algumas pessoas pensem por sua própria cabeça; e, sobretudo, se o governo continuar deixando que circule esta revista, com toda a sua irreverência e crítica, dentro em breve estaremos caindo numa democracia.<sup>5</sup>

Tal aviso mostra claramente o caráter de embate e crítica que a empresa alternativa tinha com o regime, com toques de humor que frequentemente seriam usados para criticar os militares em diferentes publicações. Mesmo antes de 1968, quando o AI-5 limitaria ainda mais a liberdade de imprensa, a edição foi cassada e Millôr usou-a como pretexto para o fechamento da revista. Segundo Kucinski, tal atitude ocorre porque “exausto de uma empreitada que não conseguia mais levar sozinho, Millôr deu por encerrada a experiência de *Pif-Paf*”.<sup>6</sup> A postura de embate e crítica condiz com a definição que Leila Miccolis, no Catálogo de Imprensa Alternativa, apresenta sobre a imprensa alternativa: toda a publicação que ofereça algum tipo de resistência contracultural.<sup>7</sup> Em contrapartida, a denominada “imprensa convencional” se organiza ao redor de princípios liberais, estrutura-se como uma empresa capitalista e defende a suposta imparcialidade dos fatos. Seu sustento vem de anunciantes e é pouco o lucro que se origina nas bancas de jornal e assinaturas.<sup>8</sup> A maior parte da grande imprensa

<sup>5</sup> KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários*. São Paulo: Edusp, 2003, p. 48

<sup>6</sup> *Ibid.*, p. 50.

<sup>7</sup> MICOLLIS, Leila. *Catálogo de Imprensa Alternativa*. Rio de Janeiro, Rio Arte, 1986, pp. 3-4. O termo contracultural se refere aqui aos “movimentos de diferença” e à “cena política de esquerda” característicos do de 1968.

<sup>8</sup> AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa e Estado Autoritário, 1968-78, o exercício do cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento*. São Paulo: USP/FFLCH, 1990, p. 122.

ficou, em 1964, ao lado dos setores golpistas, “assumindo como seu o projeto dos militares”.<sup>9</sup>

Em 1975, o semanário *Movimento* irrompe na cidade de São Paulo voltado para o cenário nacional.

A partir de 1974, quando os primeiros presos políticos com penas já cumpridas reintegram-se à vida civil através da imprensa alternativa, os jornais incham e se multiplicam. Surge assim, uma sexta vaga, em pleno colapso do milagre econômico, constituída de projetos ambiciosos, como *Versus* e *Movimento*, nos quais predomina o ativismo político.<sup>10</sup>

*Movimento* surgiu de um racha do semanário *Opinião*, também alternativo. A divisão na redação deste último teria ocorrido após a decisão do proprietário, Fernando Gasparian, de afastar Raimundo Rodrigues Pereira da publicação,<sup>11</sup> quem mais tarde viria a se tornar o editor-chefe de *Movimento*.

Os periódicos *nanicos* não se mantêm neutros perante a situação nacional. Assumem uma posição de combate no cenário político por meio de suas matérias, de caráter opinativo. No pano de fundo cultural e político da época, a imprensa alternativa teria surgido da grande disponibilidade de jornalistas que criticavam a situação do Brasil, utilizando-se dessas publicações como uma forma de denúncia e expressão contra qualquer tipo de repressão praticada pelo governo.<sup>12</sup>

Devido a essa postura crítica adotada por editores e jornalistas, os periódicos constantemente eram alvos da repressão; repressão esta expressa, muitas vezes, pela prisão dos próprios jornalistas e, principalmente, pela censura aplicada nas redações dos jornais. O material poderia ser censurado, enviando-o para os censores ou, então, com a presença de um censor instalado dentro da própria redação, ou seja, a conhecida *censura prévia*. De acordo com Ananda Fernandes, até 1969 a censura era feita por oficiais do Exército, porém, depois se inicia um período de autocensura, estimulada pelos donos dos jornais. A censura não era algo tão conhecido, sendo tanto a “prévia” quanto a

<sup>9</sup> FERNANDES, Ananda Simões. A reação da imprensa alternativa brasileira à censura durante os “anos de chumbo” (1969-1974): o caso do semanário *O Pasquim*. In: WASSERMAN, Cláudia & GUAZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *Ditaduras Militares na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 198.

<sup>10</sup> KUCINSKI, Bernardo, Op. cit., p. 34

<sup>11</sup> AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa e Estado Autoritário...*, Op. cit., p. 124.

<sup>12</sup> BRAGA, José Luiz. *O Pasquim e os anos 70: Mais para Epa que para Oba*. Brasília: UnB, 1991.

autocensura, “ilegais e ocultas do público tanto quanto possível”,<sup>13</sup> na tentativa do Estado repressivo de garantir sua legitimidade perante a população.

O periódico *Movimento* já nasceu sob a condição de censura prévia em 1975; esta se estendeu até junho de 1978. Segundo Carlos Azevedo, documentos demonstram a preocupação do regime civil-militar com o semanário de uma forma “absurda”,

[...] mas esteve longe de ser uma censura ridícula e aleatória. [...] Até 8 de junho de 1978, data em que foi suspensa, a censura prévia havia vetado no jornal 3.093 artigos na íntegra, além de 450 mil linhas de textos parcialmente cortados e 3.162 desenhos. Mais de 4,5 milhões de palavras foram vetadas – cerca de 40% do conteúdo produzido, conforme balanço feito pelo semanário em sua primeira edição sem censura.<sup>14</sup>

Durante os três anos sob censura prévia, 153 edições sofreram cortes. Além disso, três edições na íntegra foram proibidas de circular.<sup>15</sup> Quando a censura prévia acabou no jornal, ela continuava apenas na *Tribuna de Imprensa* e em *O São Paulo*, o que demonstra como *Movimento* foi preocupante para o regime, já que, praticamente, sofreu a censura até meados de 1978 e foi um dos últimos a se ver livre dela.

Tais dados mostram a incidência da intervenção no semanário, pois quando foi fundado em 1975, a censura prévia já havia abandonado as redações de muitas publicações. A preocupação da redação em *contabilizar* todo o material censurado no jornal *Movimento* também era uma forma de *resistir* aos cortes feitos pelos censores e suas canetas *pilot* nas redações, não eliminando aquele conteúdo proibido, guardando-o em nome da construção da história do jornal. Uma vez que foram liberados da presença do censor na redação do semanário, em uma espécie de “compromisso de sinceridade” com o leitor, os dados (possíveis) referentes às matérias cortadas, foram finalmente disponibilizados, o que permitiu verificar o grau de ameaça e truculência sofrida. Além disso, termos como “torturador”, “anistia” e “ditadura”, utilizados nas capas das edições livres de censura, foram devidamente destacados.

A censura, como já foi dito, foi um processo que a ditadura tentou ao máximo ocultar da sociedade brasileira; ao escondê-la, pretendia-se legitimar o regime como

<sup>13</sup> SMITH, Anne Marie. *Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, p. 94.

<sup>14</sup> AZEVEDO, Carlos; AMARAL, Marina; VIANA, Natália. *Jornal Movimento, uma reportagem*. Belo Horizonte: Manifesto, 2011, p. 73.

<sup>15</sup> SOUZA, Mauricio Maia. *Henfil e a censura: o papel dos jornalistas*. Dissertação de mestrado. ECA:USP, 1999, p. 91.

convicto defensor da democracia. Segundo Anne Marie Smith, o número de publicações no Brasil que sofreu censura prévia é inferior a dez:

As sete publicações citadas com mais frequência como tendo sido sujeitas à censura prévia (com as datas da censura) foram: *Pasquim*, novembro de 1970 a 1975; *O Estado de São Paulo*, setembro de 1972 a janeiro de 1975; *O São Paulo*, junho de 1973 a junho de 1978; *Opinião*, janeiro de 1973 a abril de 1977; *Veja*, 1974 a junho de 1976; *Movimento*,<sup>16</sup> abril de 1975 a junho de 1978; e *Tribuna de Imprensa*, vez por outra entre 1968 e 1978.<sup>17</sup>

Pode-se perceber que *Movimento*, apesar de não ser a publicação que teve o período mais longo de censura, passou metade de sua existência tendo que enviar suas matérias e reportagens para a fiscalização dos censores. Desde o início, o semanário dirigido por Raimundo Rodrigues Pereira foi alvo desta modalidade de controle, como mostra um despacho do Ministro da Justiça, Armando Falcão, ao Presidente da República, sete dias antes do lançamento da primeira edição do periódico, alertando para os perigos que o jornal acarretava:

Sobre o novo jornal, *Movimento*, dirigido por um grupo de elementos esquerdistas, entre os quais o ex-deputado Francisco Pinto, determinei ao Departamento de Polícia Federal as seguintes providências:

- 1- Apreensão do primeiro número do jornal, com circulação anunciada para o próximo dia 07.
- 2- Instauração de inquérito policial para enquadramento da Lei de Segurança Nacional.
- 3- Estabelecimento de censura prévia.

Motiva este procedimento o fato de o jornal, no espelho que chegou ao meu conhecimento, estampar matéria em que se ensina como incendiar vagões da Central do Brasil, incitando, pois, o povo à depredação de trens (a PF descobriu ontem que exemplares do jornal já estão circulando em universidades).<sup>18</sup>

O despacho citado mostra a preocupação das autoridades com o semanário. Se a animosidade com a imprensa convencional já era forte, a situação só piorava quando se tratava de um jornal alternativo, sem patrão e na qual contribuíram diversos intelectuais da época, incluindo um deputado do partido de oposição do governo, Francisco Pinto.

A censura, mesmo sendo uma imposição do governo, não se configurava em uma forma de repressão que, ao ser instituída, fosse plenamente e imediatamente cumprida. Devido às medidas que o Estado poderia tomar para prejudicar uma

<sup>16</sup> A data referente à censura do jornal *Movimento* está errada. O jornal foi lançado apenas em julho de 1975. O único indício antes de sua publicação foi um panfleto de oito páginas, no final de junho, anunciando como seria o futuro semanário. Foi esse panfleto o primeiro a chamar a atenção dos censores.

<sup>17</sup> SMITH, Anne Marie. *Um acordo forçado...*, Op. cit., p. 97.

<sup>18</sup> Arquivo Nacional/Ministério da Justiça – Fundo DSI/MJ (Despacho com o Sr. Presidente). In: Souza, Maurício Maia. *Henfil e a censura: o papel dos jornalistas.*, Op. cit., p. 92.

publicação – medidas que afetavam não só o lado financeiro, mas também a segurança dos profissionais dos jornais e revistas<sup>19</sup> – suas imposições básicas eram atendidas. Porém, em muitos casos, tentava-se não acatar parte das ordens que vinham de cima, ou burlar certas barreiras impostas pelos censores. Em suma, ocorriam tentativas de *resistência* à esse mecanismo de controle.

Porém, ao tomar a iniciativa de resistir à censura, a imprensa alternativa, simultaneamente, também enfrentava a ditadura civil-militar em si. Ao resistir à censura, ela resistia a uma prática repressiva que, mesmo não institucionalizada, fazia parte da estrutura do Estado ditatorial. Em função disso, surgem as perguntas que guiam este trabalho, no sentido de tentar compreender: como era a resistência implementada dentro do jornal contra o regime, ainda em tempo de censura prévia (tomando como objeto as edições de 15 de maio, de 22 de maio, de 29 de maio e de 05 de junho)? Da mesma forma: como a resistência contra o regime se constitui quando essa censura prévia deixou de existir (analisando primeiras edições liberados dessa política de controle, no caso, as de 12 de junho, 19 de junho, 26 de junho e 03 de julho)? Interessa saber, frente a este último mês, como se relaciona essa produção com a experiência dos três anos anteriores, nos quais *Movimento* teve que apresentar cada nova edição para censores selecionados pelo governo.

Para analisar como o jornal desempenhou a resistência ao regime civil-militar (e à censura prévia), os conceitos utilizados serão os de *estratégia* e *tática* de Michel De Certeau, associados à *teoria dos dispositivos* de Maurice Mouillaud.

Sobre a teoria de De Certeau, o trabalho se focará em adaptar seus conceitos de tática e estratégia enquanto resistência. De Certeau procura

demonstrar e analisar a apropriação criativa e por vezes subversiva que as pessoas comuns fazem dos produtos impostos pelas elites culturais na sociedade de massas. Dessa forma, rejeita o mito do consumidor passivo e considera o consumo como uma forma de produção.<sup>20</sup>

A relação Estado autoritário e imprensa alternativa está sendo pensada da forma como o autor de *A Invenção do Cotidiano* estabelece na relação entre imposição cultural de elite e trajetórias individuais. A dualidade da situação não se dá entre diferentes

<sup>19</sup> SMITH, Anne Marie. *Um acordo forçado...*, Op. cit., p. 90.

<sup>20</sup> SCHMIDT, Benito Bisso. Práticas e táticas: Michel de Certeau (re) inventa o cotidiano. In: *Biblos: revista do Departamento de Biblioteconomia e História*. Rio Grande Vol. 6 (1994), p. 83.

trajetórias e uma elite cultural, mas sim entre o jornal *Movimento* e a situação ditatorial no Brasil. Ou seja, a *tática* ou a *estratégia* se dão relacionadas à forma na qual o jornal encontrava para resistir às medidas repressivas impostas pelo estado ditatorial, e não relacionadas à apropriação que as pessoas fazem dos produtos impostos pelas elites. E essa apropriação pode aparecer em vários hábitos do dia-a-dia do homem comum, estudado por De Certeau.

Inicialmente, deve-se pensar que o jornal *Movimento* possui uma trajetória própria, que tem um caminho traçado e interligado por diversos aspectos diferentes, o que torna particular sua experiência de resistência, se comparada com outras publicações. Relacionado a isso, segundo De Certeau, existem “trajetórias indeterminadas”, aparentemente desprovidas de sentido, porque não são coerentes com o espaço construído, escrito e pré-fabricado onde se movimentam”.<sup>21</sup> A partir disso, analisar a censura em *Veja*, *O Estado de São Paulo*, *Opinião* ou *O Pasquim* se torna um trabalho diferente, não apenas devido à forma, ao conteúdo e ao propósito desses jornais, mas também a sua relação com o Estado autoritário.

O período delimitado para este estudo compreende parte do ano de 1978, precisamente a partir de poucos meses antes da indicação presidencial de João Figueiredo à vaga presidencial. Nesse contexto, a oposição tentava acumular forças no cenário político, enquanto que o governo Geisel buscava limitar e controlar essa situação através da promoção de uma controlada “política de distensão”. Em 1978, a oposição se fortalecia crescentemente. A imprensa, em especial a publicação *Movimento*, se constituía em um dos setores oposicionistas mais fortes nessa conjuntura. A forma que o semanário encontrou para resistir ou “interagir” no cenário ditatorial do país, em 1978, pode ser analisada a partir de conceitos de *estratégia* ou *tática*.

*Tática* e *estratégia* se diferenciam por certos princípios básicos. A *tática* não tem um lugar próprio para agir, nem uma autonomia fornecida de fora. A *estratégia* é um cálculo ou uma manifestação de forças que “um sujeito de querer e poder [...] pode ser isolado”,<sup>22</sup> ou seja, tem um lugar para ser próprio, determinado e claro, que não precisa depender das chances e circunstâncias para existir. Segundo De Certeau,

a estratégia postula um lugar de ser circunscrito como *algo próprio* e ser a base de onde se podem gerir as relações com *uma exterioridade*

---

<sup>21</sup> DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1996, p. 97.

<sup>22</sup> *Ibid.*, p. 99

de alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa etc).<sup>23</sup>

A *estratégia* tem a vantagem de ter o “próprio”, um espaço, e a partir disso, ela tem “uma vitória do lugar sobre o tempo”<sup>24</sup> e pode organizar as vantagens conquistadas nessa resistência, e assim se preparar para o futuro, tendo uma maior independência. Ou seja, não depende das brechas deixadas. Além disso, esse lugar próprio, essa divisão do espaço,

permite uma prática panóptica a partir de um lugar de onde a vista transforma as forças estranhas em objetos que se podem observar e medir, controlar portando e ‘incluir’ na sua visão. Ver (longe) será igualmente prever, antecipar-se ao tempo pela leitura de um espaço.<sup>25</sup>

Além da *estratégia*, existe o tipo de relação denominada *tática*. Esta se dá pela ausência desse espaço próprio referente à *estratégia*. Para existir, é necessário que a *tática* ocupe o espaço do outro, mas esse não se torna seu. Por isso “deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha”.<sup>26</sup> Ou seja, enfrentar as condições impostas, via censura prévia, potencializando “furos” e “brechas” nessa estrutura de dominação. Devido a isso, a possibilidade de planejamento e organização, possíveis com a *estratégia*, não são realizáveis no caso da *tática*. Segundo De Certeau, a *tática*

opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as “ocasiões” e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. O que ela ganha não se conserva. Este não-lugar lhe permite, sem dúvida mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo, para captar no voo as possibilidades oferecidas por um instante. Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia.<sup>27</sup>

Percebe-se aí o caráter mais momentâneo da *tática*, como uma relação que se aproveita do tempo, ao invés do espaço, para acontecer. A *tática* é fugaz, e acontece devido às chances e aos imprevistos, diferentemente da *estratégia*, que acontece por ter um lugar que possibilita planejamento. A *tática* se constitui como “a arte do fraco”,<sup>28</sup> pois é determinada pelas ausências de poder.<sup>29</sup>

---

<sup>23</sup> *Ibid.*

<sup>24</sup> *Ibid.*

<sup>25</sup> *Ibid.*, p. 100.

<sup>26</sup> *Ibid.*

<sup>27</sup> *Ibid.*, p. 100-101.

<sup>28</sup> *Ibid.*, p. 101.

<sup>29</sup> *Ibid.*, p. 102.



Sabe-se que a imprensa se constituía em uma das formas de resistência ao regime, especialmente a partir da política de distensão de Geisel. Mas que tipo de resistência era essa? Se o jornal *Movimento* sofria censura, a questão é saber se ele desenvolvia um espaço próprio ou não, devido a esse aparato repressivo. E após o final deste aparato, em junho de 1978, que tipo de resistência essa publicação continuou ou passou a ter?

Neste trabalho, em termos analíticos, deve-se considerar, também, a teoria dos “dispositivos” de Maurice Mouillaud. Para ele, o discurso do jornal não é algo simplesmente dado, mas está circundado pelos *dispositivos* que atribuem um sentido diferente ao que está escrito ali.<sup>30</sup> Os *dispositivos* podem ser um suporte, mas que não é apenas o suporte daquele conteúdo, e constituem, junto com ele, um “formato”.<sup>31</sup> Junto com a proposta das trajetórias, de De Certeau, esse jornal se constitui em um objeto único de análise, devido ao seu conteúdo, sua constituição e sua relação com o Estado ditatorial. Para Mouillaud, a separação entre forma e conteúdo está, muitas vezes, presente nos estudos sobre imprensa, e essa separação simplista acaba remetendo a ideia de “uma caixa ou de um escrínio”<sup>32</sup> nos quais um objeto está, de fato ‘contido’.<sup>33</sup>

Esses diferentes *dispositivos* que envolvem os diferentes jornais se encaixam uns nos outros, formando uma rede de informações “que não impõe ao mundo apenas uma interpretação hegemônica dos acontecimentos, mas a própria forma dos acontecimentos”.<sup>34</sup> No caso do jornal, o *dispositivo* também antecede o texto, comandando a sua duração e extensão. Ou seja, o jornal está lá antes do texto. Porém, isso não significa que o texto seja uma parte passiva dentro do sistema de *dispositivos*, como mostra o exemplo dado por Mouillaud dos títulos que, em muitos casos, mesmo sendo gerados pelo jornal, constituem parte essencial deles, sendo uma relação dinâmica entre título e jornal.<sup>35</sup> É essencial lembrar que a relação entre texto e *dispositivo* é

---

<sup>30</sup>MOUILLAUD, Maurice. Da forma ao sentido. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sergio (Org.). *O jornal da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15, 1997, p. 29.

<sup>31</sup>*Ibid.*, p. 31. Para entender melhor a ideia de “formato” o autor comenta na página 31, o exemplo de formato ocidental de página que temos. Como estamos acostumados, achamos natural e não percebemos a lei do vertical e horizontal que a regula. Porém, se pensarmos a lógica da folha em outra cultura, como na língua japonesa, percebe-se que essa ordem é um tipo de formato.

<sup>32</sup> 1 Armário ou cofre para guardar papéis e utensílios de escrita; escrivaninha. 2 Guarda-jóias. (MICHAELIS: moderno dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 2007.)

<sup>33</sup> MOUILLAUD, Maurice. Da forma ao sentido..., op. cit., p. 29.

<sup>34</sup>*Ibid.*, p. 32.

<sup>35</sup>*Ibid.*, p. 33.

dinâmica, pois eles “são [...] o gerador um do outro”.<sup>36</sup> Os *dispositivos* pertencem a lugares institucionais, e ambos precisam um do outro, pois “são indissociáveis do sentido no qual só se atualizam um pelo outro”, mostrando a ligação de determinado *dispositivo* com o lugar específico no qual ele se encontra ou ao final ele pertence.

Devido à grande quantidade de periódicos existentes para análise, em diferentes épocas, concorda-se com as autoras Heloísa Cruz e Maria do Rosário Peixoto, quando alertam para os cuidados que devemos ter ao trabalhar a imprensa como fonte:

No uso corrente em monografias, dissertações e teses, nas quais vez por outra, a imprensa é apresentada como fonte subsidiária ou secundária, as publicações são tomadas como meras fontes de informação. Via de regra, o que prevalece é uma pesquisa sobre o assunto em pauta, na qual artigos e seções identificados são imediatamente deslocados dos veículos e integrados, sem quaisquer mediações de análise, ao contexto macro da pesquisa.<sup>37</sup>

Para as autoras, foi-se o tempo quando a imprensa era vista como uma fonte suspeita. Atualmente, o historiador sabe que qualquer documento precisa ser examinado em seu contexto, pois ele “é suporte de uma prática social, e por isso, fala de um lugar social e de um determinado tempo”.<sup>38</sup>

Os jornais não estariam prontos para ser simplesmente pesquisados pelo historiador. É função dele escolher e selecionar. Além disso, não se pode trabalhar com uma fonte de imprensa sem recolocá-la no projeto editorial no qual estava inserida.<sup>39</sup> Ou seja, com o jornal *Movimento*, sendo um jornal alternativo, podemos supor sua intenção crítica com a sociedade e a não separação de *opinião* e *informação*, transformando boa parte do semanário em notícias *comentadas*.

A partir das edições 150, 151, 152 e 153<sup>40</sup> do semanário *Movimento*, o trabalho se propõe a analisar as matérias publicadas nas últimas quatro edições em relação à censura que as cobria e qual o tipo de resistência estava ali presente, a partir dos conceitos de De Certeau de *tática* e *estratégia*. Nas outras quatro edições, ou seja, 154, 155, 156 e 157,<sup>41</sup> mesmo sem a censura prévia, a análise avaliará se o tipo de resistência mudou e quais as diferenças existentes entre ambos os períodos, considerando os

---

<sup>36</sup> *Ibid.*, p. 34

<sup>37</sup> CRUZ, Heloísa Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: Conversas sobre história e imprensa. In: *Projeto História*, São Paulo, n 35, p. 253-270, dez. 2007. p. 256.

<sup>38</sup> *Ibid.*, p. 258.

<sup>39</sup> *Ibid.*, p. 260.

<sup>40</sup> *Movimento*, São Paulo, 15, 22 e 29 mai. 1978; 05 jun. 1978.

<sup>41</sup> *Movimento*, São Paulo, 12, 19, 26 jun. 1978 e 03 jul. 1978.

contextos em que estão inseridos. Portanto, analisaremos as quatro edições antes do final da “censura prévia” e as quatro primeiras edições depois. Será feito, também, um panorama histórico da época pós-milagre econômico, analisando o contexto de surgimento do semanário alternativo.

## 2. CONTEXTO DA IMPRENSA ALTERNATIVA NO BRASIL E O CASO DO JORNAL *MOVIMENTO*

Em 1964, o Brasil passa a viver um período conhecido como ditadura civil-militar. Após a deposição do presidente João Goulart, o Congresso Nacional Brasileiro declara a vaga de presidente da República aberta, assumindo o cargo, interinamente, o presidente da Câmara dos Deputados, Raniere Mazzilli que, na prática, seria um “testa de ferro” do General Arthur de Costa e Silva, do Almirante Augusto Rademaker e do Brigadeiro Correia de Mello, o autodenominado Alto Comando da Revolução.

Segundo Maria Helena Moreira Alves, a Junta Militar prometia

“restaurar a legalidade”, reforçar as “instituições democráticas ameaçadas” e restabelecer a “composição federativa da nação”, rompendo o poder excessivamente centralizado do governo federal e devolvendo poderes aos Estados. Prometia, sobretudo, “eliminar o perigo da subversão e do comunismo”, e punir os que, no governo, haviam enriquecido pela corrupção.<sup>42</sup>

A doutrina guia para o governo, implementada no Brasil durante as duas décadas seguintes, foi a Doutrina de Segurança Nacional, originada nos Estados Unidos, mas com algumas raízes brasileiras, desde os anos de 1930. Para Alves, com a Guerra Fria e a constante tensão do possível enfrentamento entre duas grandes potências, a ideologia de segurança nacional reaparece<sup>43</sup> na América Latina:

A forma específica por ela assumida na região enfatizava a “segurança interna” em face da ameaça da “ação indireta do comunismo”. Desse modo, enquanto os teóricos americanos da segurança nacional privilegiavam o conceito de guerra total com a estratégia nuclear, e os franceses, já envolvidos na Guerra da Argélia, concentravam suas atenções na guerra limitada como resposta à ameaça comunista, os latino-americanos, preocupados com o crescimento dos movimentos sociais da classe trabalhadora, enfatizaram a ameaça da subversão interna e da guerra revolucionária. Além disso, a ideologia latino-americana de segurança nacional, especialmente em sua variante brasileira, volta-se especificamente para a ligação entre desenvolvimento econômico e segurança interna e externa.<sup>44</sup>

<sup>42</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 52.

<sup>43</sup> No Brasil, alguns elementos dessa doutrina já são perceptíveis desde os anos 20. Posteriormente, a aproximação com os Estados Unidos, durante a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria, dará maior consistência a esse corpo doutrinário.

<sup>44</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil*, Op. cit., p. 33.

A doutrina não se constituiria apenas em uma forma de atuação do governo brasileiro. Ela foi sistematizada pela Escola Superior de Guerra (ESG) em colaboração com o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Ela começa como uma teoria de guerra, e aos poucos ganha a especificidade da “segurança interna” do país.<sup>45</sup>

Segundo Wasserman, a Doutrina de Segurança Nacional também se baseou em um princípio maniqueísta da luta do bem contra o mal para se consolidar na sociedade pós Segunda Guerra Mundial, “sendo este último [o mal] representado pelo comunismo internacional, supostamente infiltrado em todos os países do mundo”.<sup>46</sup>

A partir disso, diversos grupos entram em uma área de risco, pois

quando é impossível determinar com exatidão quem deve ser tido como inimigo do Estado e que atividades serão consideradas permissíveis ou intoleráveis, já não haverá garantias para o império da lei, o direito de defesa ou a liberdade de expressão e associação. [...] todos os cidadãos são suspeitos e considerados culpados até provarem sua inocência.<sup>47</sup>

O governo passa a desenvolver uma série de estruturas repressivas para lidar com esse inimigo interno, entre elas um aparato repressivo e uma rede de informações para detectar os inimigos.<sup>48</sup>

Devido à preocupação de identificar inimigos que poderiam ser danosos para o regime, uma, entre muitas medidas repressivas implantadas, foi a censura aos meios de comunicação. Nos quatro primeiros anos após o golpe de Estado, a ditadura civil-militar não priorizou o controle sobre a produção cultural e científica. Em realidade, foi depois de 1968 que a censura adotou medidas institucionalizadas contra a oposição no Brasil, como afirma Michele Rossoni Rosa:

A partir de 1968, porém, recrudesceram as medidas repressivas, quando a censura foi dotada de instrumentos mais legais e institucionais para uma triagem ideológica da produção cultural, científica e artística: foram abertos Inquéritos Policiais Militares (IPMs), que resultaram na prisão de importantes intelectuais e artistas; lideranças políticas foram exiladas; publicações consideradas subversivas foram recolhidas das estantes das livrarias e das bibliotecas; movimentos estudantis e populares foram duramente

<sup>45</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil*, Op. cit., p. 39.

<sup>46</sup> WASSERMAN Cláudia. O império da Segurança Nacional: o golpe militar de 1964 no Brasil. In: WASSERMAN, Cláudia & GUAZELLI, Cesar (Orgs.). *Ditaduras Militares na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 30.

<sup>47</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil*, Op. cit., p. 40.

<sup>48</sup> *Ibid.*, p. 41.

reprimidos; limitaram-se de forma bastante intensa os canais de acesso de intelectuais e artistas ao público.<sup>49</sup>

Em 1974, Ernesto Geisel torna-se o quarto militar desde o início do regime civil-militar. Geisel assume a presidência da República nesta época, quando a euforia do milagre econômico já havia passado, e o Estado de Segurança Nacional precisava buscar novos meios para conseguir o apoio da população. Segundo Maria Aparecida Aquino, tal período está ligado à proposta da teoria da “distensão”, que “pretendia assegurar um afrouxamento da tensão sociopolítica”.<sup>50</sup> Ou seja, o Estado concederia certo espaço para a atuação política (mas ainda sob controle), visando atender a certa demanda da oposição. Também tentaria desenvolver um sistema eleitoral que aparentemente garantisse a escolha do eleitor, porém ainda sob tutela estatal. A “distensão” se relaciona com o caso brasileiro a partir de dois pontos:

De um lado, a formulação clara de um processo de inserir o Brasil num Estado de Direito, conforme o projeto *Geisel-Golbery* e, de outro, a formidável vitória eleitoral do MDB em 1974, o único partido de oposição permitido pelo regime. Vemos, assim, desde já os principais atores em presença no longo jogo político denominado abertura: a pressão exterior, representada principalmente pelo governo Carter e, também, os condicionantes da economia mundial; o projeto de abertura do poder militar, traduzido na estratégia *Geisel-Golbery*, e a ação autônoma, porém condicionada, da oposição. Estes são os principais atores em presença, embora não necessariamente únicos, ao longo dos anos de 1970 e 1980, em torno da ampla luta sobre a forma, objetivos e ritmo da abertura, ou transição, do regime militar implantado em 1964 em direção a um Estado de Direito.<sup>51</sup>

A distensão se propunha *lenta, gradual e segura*, e segundo Silva, a possível volta ao Estado de Direito e a reconstitucionalização do regime militar, não significava, contudo, a redemocratização do país.

O projeto de abertura, assim elaborado, deveria claramente comportar garantias básicas para o regime: evitar o retorno de pessoas, instituições e partidos anteriores a 1964; proceder-se em um tempo longo – seu caráter lento –, de mais de dez anos, o que implicaria a escolha ainda segura do sucessor do próprio Geisel e a incorporação de uma nova constituição – que não deveria de maneira alguma ser fruto de uma constituinte – das chamadas salvaguardas do regime, as

<sup>49</sup> ROSA, Michelle. O pensamento de esquerda e a *Revista Civilização Brasileira* (1965-1968). In: WASSERMAN, Cláudia & GUAZELLI, Cesar (Orgs.). *Ditaduras Militares na América Latina*. Op. cit., p. 115.

<sup>50</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil*, Op. cit., p. 185.

<sup>51</sup> SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012 (O Brasil Republicano; v.4). p. 247.

medidas necessárias para manter no futuro uma determinada ordem, sem o recurso à quebra da constitucionalidade.<sup>52</sup>

Tais características demonstram as contradições da abertura, e os prováveis motivos de os militares ditos *liberalizantes* não terem obtido o apoio da oposição brasileira.<sup>53</sup>

Graças ao controle já exercido antes de 1974, nas eleições daquele ano, o partido de situação (ARENA<sup>54</sup>) julgou que não perderia as eleições – devido ao sucesso do milagre econômico brasileiro apenas alguns anos antes – e permitiu amplo acesso do partido de oposição (MDB<sup>55</sup>) à televisão e ao rádio.<sup>56</sup> Segundo Alves,

o MDB concentrou-se nas questões da repressão, da injustiça social e da iniquidade do modelo econômico. Candidatos da oposição manifestaram-se pelo rádio e pela televisão sobre assuntos até então proibidos, como a Lei de Segurança Nacional, a repressão, a necessidade de revogar o AI-5 e a legislação de controle salarial.<sup>57</sup>

Pode-se perceber, devido à propaganda eleitoral do MDB na época, que mesmo vigente, em 1975 o AI-5 permitia relativo espaço para a manifestação política da oposição. Porém, as eleições de 1974 deram significativa vitória ao MDB, surpreendendo o partido de situação e os militares no poder. Segundo Maria Aparecida Aquino, o MDB elegeu apenas 43,36% das cadeiras para o Senado em 1966, mas em 1974, esse número cresceu para 59,3%, o que mostra a rápida ascensão do partido. Nesta última eleição, a Arena se limitou a eleger apenas 41% das vagas, contrariando o alto índice de 56,63% em 1966.<sup>58</sup>

Devido a esse sucesso, em 1976, quatro meses antes das eleições municipais, o governo decretou a Lei Falcão, que limitava o acesso aos meios de comunicação<sup>59</sup> durante a campanha eleitoral.<sup>60</sup> Tal medida pretendia diminuir o resultado alcançado

---

<sup>52</sup> *Ibid*, p. 262 - 263.

<sup>53</sup> *Ibid*, p. 263.

<sup>54</sup> Aliança Renovadora Nacional – partido (de situação) dos cinco presidentes da República durante a ditadura civil-militar.

<sup>55</sup> Movimento Democrático Brasileiro – partido de oposição durante todo a ditadura civil-militar.

<sup>56</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil*, Op. cit., p. 188.

<sup>57</sup> *Ibid*.

<sup>58</sup> *Ibid.*, p. 189

<sup>59</sup> Os candidatos poderiam apresentar apenas seu nome, seu número e seu currículo, acrescentando uma foto no caso da propaganda ser televisiva. (*Ibid*, p. 190)

<sup>60</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil*, Op. cit., 190.

pelo MDB nas eleições anteriores. Mesmo assim, e apesar das vantagens que possuía a Arena,<sup>61</sup> o partido do governo não obteve a vitória esperada em 1976.

Justamente nesse contexto do governo de Ernesto Geisel, durante o início da política de distensão e do fortalecimento da oposição no Brasil, surgiu o semanário *Movimento*, no dia 7 de julho de 1975. *Movimento* se enquadra no que foi denominado como jornais alternativos ou nânicos, publicações que se diferenciavam das publicações conhecidas como parte da “grande imprensa”.

A grande imprensa, além de guiar-se por princípios liberais, também apostava na ideia de “informação neutra”, baseada na objetividade do repórter que cobriria a notícia. Guiava-se pelos princípios norte-americanos do *lead* e da pirâmide invertida.<sup>62</sup> Segundo Maria Aparecida Aquino, a grande imprensa pode ser caracterizada como

Os órgãos de divulgação cuja veiculação pode ser diária, semanal ou mesmo que atuem em outra periodicidade, mas cuja dimensão, em termos empresariais, atinja uma estrutura que implique na dependência de um alto financiamento publicitário para a sua sobrevivência. À grande imprensa, como aliás, de modo geral, à toda imprensa convencional de conotação liberal [...], não se permite viver somente com a venda em bancas ou com assinaturas, dado que costuma atingir um grande estado da federação, ou na maior parte das vezes, a quase totalidade do país.<sup>63</sup>

Anne Marie Smith ainda lembra das baixas tiragens de jornal impresso no Brasil pois o número de leitores do veículo é pequeno, se comparado ao rádio ou à televisão. Para ela, devido a isso, o jornalismo da grande imprensa acabava ficando restrito às elites:

Tendo em vista os enormes hiatos sociais e econômicos existentes no Brasil – no que diz respeito ao poder aquisitivo e à educação, entre outras coisas – talvez seja mesmo difícil produzir um jornal capaz de atingir a maioria e a elite ao mesmo tempo. Os jornais tem seus próprios nichos.<sup>64</sup>

A forma de sustento da grande imprensa é baseada em material publicitário, e devido aos custos de produção, não pode depender apenas de vendas em bancas de

---

<sup>61</sup> Por estar ligada ao governo, diversos interesses do partido foram atendidos, como obras em cidades com governos arenistas e os recursos do estado colocados à disposição dos candidatos arenistas (*Ibid*, p. 191).

<sup>62</sup> O *lead* é o primeiro parágrafo da notícia, onde o repórter deve dizer: o que, quem, quando, onde como e porquê, para que o leitor se informe dos principais fatos da matéria, sem precisar lê-la toda. E a pirâmide invertida está ligada à isso: as informações mais importantes vem primeiro, afunilando as restantes até a menos importante.

<sup>63</sup> AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa e Estado Autoritário...*, Op. cit., p. 37.

<sup>64</sup> SMITH, Anne Marie. *Um acordo forçado...*, Op. cit., p. 50.



revista ou número de assinantes. Além disso, dentro da organização de um jornal de grande imprensa, a hierarquia entre os funcionários é bem marcada e o número de proprietários é bastante pequeno.<sup>65</sup>

Já a imprensa alternativa brasileira, também conhecida como “nanica”, apresenta-se inicialmente como uma imprensa de crítica à situação política, econômica, social e cultural da época, ou seja, de oposição. Não existe uma definição exata de como um jornal alternativo deveria se constituir, pois “algumas dessas publicações alternativas foram efêmeras, ou tinham uma circulação irregular, enquanto outras eram muito profissionais e duraram muitos anos”.<sup>66</sup> A mesma autora define como heterogênea a existência desse tipo de imprensa.<sup>67</sup> Porém, essas publicações foram marcantes no cenário da imprensa nacional, por tratarem de importantes temas da época, apesar da recorrente censura que sofriam.

Enquanto o jornalismo da grande imprensa se propunha objetivo, o alternativo não diferenciava bem a informação da opinião, constituindo-se, em grande parte, por reportagens que, além de informar, comentavam e explicavam os fatos para o leitor. Os jornais alternativos dependiam muito da venda por assinaturas e em banca de revista. A verba vinda da publicidade até existia, mas era pequena.

Por depender da venda em banca e das assinaturas, os recursos para os jornais alternativos se constituíam sempre em um problema para os trabalhadores do veículo. Além disso, existia a pressão do Estado com os assinantes – que poderiam, devido a isso, cancelar seu conteúdo nas páginas dos periódicos - e ameaça de censura, que poderia impedir as vendas do jornal<sup>68</sup>, e até mesmo arruinar algumas publicações.

Sendo uma imprensa de oposição, diversos grupos usaram-na como uma forma de expressão. Segundo Ciro Marcondes Filho,

o característico dessa nova imprensa é a proposta de desvinculação das correntes políticas. A “linha” desses jovens, se é que se pode dar esse nome à sua orientação, é somente a de se dar espaço e publicidade aos grupos postos à margem dos processos políticos, econômicos e sociais. São, portanto, jornais-instrumento antes de

---

<sup>65</sup> *Ibid.*, p. 54.

<sup>66</sup> *Ibid.*, p. 59.

<sup>67</sup> *Ibid.*, p. 60.

<sup>68</sup> *Ibid.*, p. 67.

serem jornais-ideologia. Sua proposta é a de serem apenas porta-vozes e não condução desses movimentos.<sup>69</sup>

Porém, a opinião de Marcondes Filho é bastante questionável, já que, em muitos casos, o jornal desempenhava um papel político a partir da forma como ele se constitui, não sendo apenas mero depósito das opiniões do grupo que o constituía. Existe uma relação entre sua forma e seu conteúdo, articulando, a partir daí, sua posição política.

A imprensa alternativa, sem dúvida, possibilitava espaço para diversos grupos. Periódicos como *Lampião da Esquina*<sup>70</sup> e *Nós, mulheres*<sup>71</sup> davam vozes a grupos que antes ficavam afastados da imprensa, sendo conduzidos, em muitos casos, por representantes desses grupos. Porém, não se pode desvincular a imprensa alternativa da dinâmica política da época. Em primeiro lugar, pelo forte tom de crítica adotado por muitos periódicos à situação brasileira, mas também por, em muitos casos, estar vinculada, de fato, a organizações políticas. No caso do jornal *Opinião*, ele era, segundo Bernardo Kucinski, “secretamente instruído pelo comitê central da Ação Popular”, já unificado<sup>72</sup> com o PCdoB na época.

E é a partir de uma ruptura dentro do próprio jornal *Opinião*, que *Movimento* surge. Para Kucinski, que trabalhou em *Movimento* e participou de diversos outros periódicos na década de 1970,<sup>73</sup> o jornal *Opinião* foi

o mais influente jornal de toda a imprensa alternativa dos anos 1970 [...] surgiu no apogeu do regime autoritário, em outubro de 1972, bancado por um empresário, produzido por jornalistas profissionais, protagonizado principalmente por intelectuais e secretamente instruído pelo comitê central da Ação Popular (AP).<sup>74</sup>

Porém, em 1975, após a demissão do jornalista Raimundo Rodrigues Pereira da redação de *Opinião*, há um “racha” entre esses jornalistas e um grupo dissidente parte para fundar uma nova publicação. O jornal *Opinião* possuía um dono, Fernando Gasparian, quem, segundo Kucinski, não aceitava o modo de cooperativa (tanto no plano da propriedade como no plano da política) dentro do jornal, proposto por

<sup>69</sup> FILHO, Ciro Marcondes *apud* AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa e Estado Autoritário...*, Op. cit., p. 120.

<sup>70</sup> Jornal voltado aos interesses do grupo GLT, lançado em abril de 1978.

<sup>71</sup> Jornal voltado aos interesses feministas, lançado em 1976.

<sup>72</sup> Segundo Kucinski, a unificação teria acontecido em 1971. KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários*. Op. cit., p. 300.

<sup>73</sup> Como o jornal *Em Tempo* e até mesmo o próprio *Opinião*.

<sup>74</sup> KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários*. Op. cit.

Raimundo Rodrigues Pereira e alguns outros jornalistas atuantes na publicação alternativa.<sup>75</sup>

Gasparian não aceitava o princípio da participação, mas também não pagava os salários de mercado, daí a excepcionalidade d'*Opinião*, e seu caráter de imprensa alternativa, mesmo tendo um proprietário capitalista formal. Isso permitiu que Raimundo e sua equipe passassem a se considerar, na prática, co-proprietários do jornal. O normal, numa sociedade capitalista, seria a capitalização da parte não paga dos salários na forma de participação, ou pagamento futuro, o que não ocorreu e nem foi cobrado por Raimundo.<sup>76</sup>

De acordo com isso, pode-se perceber a diferença existente entre ser dono de jornal e jornalista, já que Gasparian portava-se como um empresário, o que ia contra as reivindicações de seus empregados. Ao reivindicar parte das ações da publicação, Raimundo Rodrigues Pereira também reivindicava parte nas decisões. Porém, o caráter do jornal era contraditório.<sup>77</sup> Por exemplo, Gasparian pregava o distanciamento de ideologias e partidos, mas estabeleceu vínculos com a AP e o PCdoB. Gasparian também queria um jornal com participações de intelectuais da época, enquanto Raimundo Rodrigues Pereira desejava um jornal composto por discussões feitas entre jornalistas,<sup>78</sup> ideia que seria uma das guias de seu futuro projeto, *Movimento*.

Mesmo com dificuldades, *Opinião* teria sido o veículo que mudou o conceito sobre imprensa alternativa, “vista, até então, como artesanal e dogmática”.<sup>79</sup> *Opinião* também sofreu censura prévia a partir da edição número 9<sup>80</sup>, de janeiro de 1973, até abril de 1977.<sup>81</sup>

O rompimento deu-se em 1975, com alguns pontos acertados entre os jornalistas dissidentes e o periódico, como não atacar Fernando Gasparian publicamente nem ir à Justiça do Trabalho. O ato de Gasparian, ao demitir Raimundo Rodrigues Pereira, e ter justificado o ato como “motivos pessoais”,<sup>82</sup> provocou que boa parte dos integrantes da redação também se demitissem. Como diz Azevedo, a redação, diante da demissão de Raimundo Rodrigue Pereira, “considerou a atitude incompatível com os princípios do

<sup>75</sup> KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários*, Op. cit., p. 308.

<sup>76</sup> *Ibid.*

<sup>77</sup> Segundo Kucinski, Fernando Gasparian tentava acabar com o *favoritismo* e o *mandonismo*, mas ressentia-se quando criticavam seus amigos.

<sup>78</sup> KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários*, Op. cit., p. 310.

<sup>79</sup> *Ibid.*, p. 316.

<sup>80</sup> *Ibid.*, p. 318.

<sup>81</sup> SMITH, Anne Marie. *Um acordo forçado...*, op. cit., p. 96.

<sup>82</sup> *Opinião*, n. 122, São Paulo.

jornal e a grande maioria se demitiu, sem deixar de fornecer a sua própria versão do episódio”.<sup>83</sup>

Fernando Gasparian contratou um novo editor, Argemiro Ferreira (até 1976, quando foi sucedido pelo próprio Fernando Gasparian ),<sup>84</sup> e o jornal ainda durou mais dois anos após a saída de Raimundo Rodrigues Pereira. Sua última edição foi em abril de 1977 e o fim se deu, segundo Kucinski, devido à dificuldade de Gasparian em conseguir uma equipe alinhada a sua maneira de agir, sobreviver à censura prévia na redação,<sup>85</sup> e aguentar um boicote financeiro.<sup>86</sup>

Após essa divergência, Raimundo Rodrigues Pereira, lança, então, o “jornal dos jornalistas”.<sup>87</sup> Uma equipe de onze pessoas saídas do *Opinião* – o próprio Raimundo, Antônio Carlos Ferreira, Marcos Gomes, Maurício Azedo, Jean Claude Bernardet, Aguinaldo Silva, Elias Andreato, Bernardo Kucinski, Fernando Peixoto, Chico de Oliveira e Teodomiro Braga<sup>88</sup> – definem cinco pontos da nova publicação:

O primeiro ponto ainda dizia respeito ao procedimento de saída d’*Opinião*, aprovando a proposta de Raimundo de uma saída pacífica e negociada, de forma a não alienar do novo projeto as forças próximas a Gasparian. Dois pontos tratavam da linha política, definindo os nomes de um conselho editorial e um programa mínimo semelhante ao d’*Opinião* mas voltado a um público mais popular. Finalmente, eram definidos o caráter coletivo da propriedade, a ser “dividida entre as pessoas que o fizessem” e os poderes do editor, que responderia a um conselho, mas “poderia escolher os editores, nomear e demitir funcionários”.<sup>89</sup>

O periódico *Movimento* já nasceu sob censura prévia em 1975. A censura se estendeu até quase o final do Ato-Institucional Nº5, sendo eliminada do semanário pelo próprio governo, em junho de 1978. Somente a primeira edição teve quadro propostas de capa vetadas.<sup>90</sup>

<sup>83</sup> AZEVEDO, Carlos; AMARAL, Marina; VIANA, Natália. *Jornal Movimento, uma reportagem*, Op. cit., p. 20.

<sup>84</sup> *Ibid.*

<sup>85</sup> KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários*, Op. cit., p. 334.

<sup>86</sup> AZEVEDO, Carlos; AMARAL, Marina; VIANA, Natália. *Jornal Movimento, uma reportagem*, Op. cit., p. 25.

<sup>87</sup> KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários*, Op. cit., p. 339.

<sup>88</sup> AZEVEDO, Carlos; AMARAL, Marina; VIANA, Natália. *Jornal Movimento, uma reportagem*, Op. cit., p. 28.

<sup>89</sup> KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários*, Op. cit., p. 340.

<sup>90</sup> AZEVEDO, Carlos; AMARAL, Marina; VIANA, Natália. *Jornal Movimento, uma reportagem*, Op. cit., p. 25.

O tema do sustento financeiro do jornal era outro aspecto central. Enquanto a grande imprensa dependia de seus anúncios para se sustentar, a imprensa alternativa dependia muito mais da venda nas bancas e dos assinantes. *Movimento* fazia grandes campanhas em suas páginas, pedindo aos leitores que assinassem o semanário, colocando, em muitas edições, uma ficha que deveria ser enviada por correio e que permitia ao leitor se tornar assinante do jornal. Segundo Smith, 91% de sua receita vinha das vendas.<sup>91</sup> Além disso, “aproveitava-se” o espaço deixado pelos cortes da censura no periódico, para colocar blocos de texto, com dizeres como “LEIA E ASSINE MOVIMENTO”,<sup>92</sup> entre outros. A publicidade existia nas páginas de *Movimento*, mas não em número expressivo, e ela costumava se restringir a editoras (como a *BestBolso*) ou outras publicações alternativas (*Versus*, por exemplo). Entretanto, a censura era um processo que causava grandes gastos aos periódicos, devido à quantidade de material “desperdiçado”, após os cortes dos censores, e também aos custos de deslocamento dos materiais até os fiscais da censura.

A dificuldade de obter recursos financeiros para seu sustento surgiu junto com o nascimento do semanário. As soluções tomadas foram temporárias, mas possibilitaram que o jornal chegasse ao público,

Uma solução provisória foi dada pelos amigos de Raimundo, engenheiros, expurgados como ele do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) após o golpe militar de 1964, que moravam no Rio de Janeiro, e com os quais tinha laços políticos e de amizade que atravessariam anos. [...] Frederico Magalhães Gomes, irmão de Marcos Gomes, Raymundo Theodoro de Oliveira [...], Gilcio Martins [...], Ezequiel Dias [...], João Lizardo e outros amigos se cotizaram e levantaram recursos para manter por três meses Raimundo, Tonico e Marcos, representantes do grupo empenhado no esforço de articular o novo jornal.<sup>93</sup>

Desde seu primeiro número, *Movimento* mostrou-se contra o estado ditatorial, mas, devido à censura, não fazia oposição aberta, embora se definisse como um jornal de oposição, popular, democrático e com interesse nos assuntos nacionais. Pode-se exemplificar o último ponto com uma matéria em sua primeira edição, onde o semanário discute aspectos ligados ao acordo atômico Brasil – Alemanha. Segundo o jornal, Arena e MDB estariam disputando quem teria o mérito pelo acordo. Além disso, fala que o acordo derrota em parte a hegemonia dos Estados Unidos sobre o Brasil, mas

<sup>91</sup> SMITH, Anne Marie. *Um acordo forçado...*, op. cit., p. 66.

<sup>92</sup> *Movimento*, n. 7, São Paulo, p. 18, 18 ago. 1975.

<sup>93</sup> AZEVEDO, Carlos; AMARAL, Marina; VIANA, Natália. *Jornal Movimento, uma reportagem*, Op. cit., p. 27.

que também não assegura o monopólio brasileiro de seus minerais atômicos.<sup>94</sup> O jornal critica os alemães e seus trustes internacionais que “diferem dos americanos por serem alemães”, mostrando a insatisfação com a entrada do capital estrangeiro no país.<sup>95</sup> Além disso, a matéria se encontra logo na página número dois, demonstrando a importância dada ao assunto polêmico.

Segundo Carlos Azevedo, Marina Amaral e Natália Viana, *Movimento* agradou diversos setores da sociedade, que o viram como uma possibilidade para o debate político. O jornal “foi utilizado como instrumento de debate pelo movimento estudantil, pelos intelectuais de oposição e movimentos populares, nos vários estados”. O caráter “popular” também agradava bastante a diversos setores, pois, teoricamente, o jornal poderia ser adquirido ou pelo menos compreendido por qualquer pessoa. Porém, segundo Anne Marie Smith, tanto a grande imprensa como a imprensa alternativa, só era lida pelas elites:

Enquanto a grande imprensa alcançava a elite conservadora, a imprensa alternativa alcançava a elite opositora. Nem uma nem outra era lida pela maioria. Mas a imprensa alternativa, pode-se dizer, atingia muito além do número de seus leitores. Exercia um papel crucial na formação de uma oposição política, ao oferecer um foro de debates e proporcionar fontes alternativas de informação.<sup>96</sup>

Apesar disso, *Movimento* tentava apresentar matérias que contemplassem a grande população brasileira, como a descrição do cotidiano de operários ou a vida rural em algum estado brasileiro, como a matéria sobre os trabalhadores volantes ou sobre os pescadores de Torres, no Rio Grande do Sul, em novembro de 1975.<sup>97</sup>

O jornal teve diversas sucursais no país (como, por exemplo, Porto Alegre, com Carlos Mossmann; Rio de Janeiro, com Marcos Gomes; Brasília, com Teodomiro Braga; e Belo Horizonte – a maior de todas, com quase 500 apoiadores – com Betinho<sup>98</sup>), mas a sede do jornal sempre se localizou em São Paulo.

*Movimento* durou seis anos. Durante esse período, passou por um racha em 1977 devido a tensões e diferenças entre a equipe, quando 38 membros da equipe deixaram o

<sup>94</sup> *Movimento*, n. 1, São Paulo, p. 2, 07 jul. 1975.

<sup>95</sup> *Ibid.*

<sup>96</sup> SMITH, Anne Marie. *Um acordo forçado...*, Op. cit., p. 60.

<sup>97</sup> *Movimento*, n. 18, São Paulo, p. 3 e 7, 03 nov. 1975.

<sup>98</sup> AZEVEDO, Carlos; AMARAL, Marina; VIANA, Natália. *Jornal Movimento, uma reportagem*, Op. cit., p. 42.

semanário, incluindo Bernardo Kucinski, Flávio Aguiar, Jean Claude Bernardet, Maria Rita Kehl, Guido Mantega e outros.

A censura no periódico durou até junho de 1978, alguns meses antes da queda do Ato Institucional Nº 5 e foi uma das últimas publicações na qual a censura agiu. O número de edições censuradas foi de 153 números, com cerca de seis mil artigos e ilustrações cortadas parcial ou totalmente.<sup>99</sup> Junto com ele, *O Estado de São Paulo* e *Tribuna de Imprensa* foram os periódicos onde a censura prévia durou mais.<sup>100</sup> A primeira edição do jornal sem censura<sup>101</sup> teve 32 páginas, oito a mais do que o habitual e as três edições seguintes<sup>102</sup> ao fim da censura prévia no semanário ilustram, na capa, os dizeres “SEM CENSURA” com um chamativo fundo vermelho, indicando as três partes da história da censura dentro do próprio jornal.

A partir da reorganização partidária e da abertura de maiores espaços na mídia, o papel desempenhado por *Movimento* diluir-se-ia em outras formas de comunicação. Partidos antes ligados ao periódico, como o PCdoB, agora podiam lançar seu próprio jornal por vias legais,<sup>103</sup> sem depender do semanário alternativo.

Em 1980, houve queda nas vendas provocada por atentados terroristas nas bancas de jornal,<sup>104</sup> que acusavam os jornalheiros de estarem fazendo “propaganda do comunismo” por venderem, entre outros títulos, *Movimento*. Tal acontecimento, para um jornal que possuía a maior parte de seu dinheiro vindo de vendas e assinantes, era marcante. Em novembro de 1980, a situação do jornal já era considerada crítica. Em abril de 1981, iniciou-se uma campanha para arrecadação de fundos, relativamente bem sucedida,<sup>105</sup> demonstrando que ele ainda era apreciado, apesar da crise. Porém, não foi o suficiente. Sendo assim, *Movimento* encerrou seu trabalho com sua última edição, em novembro de 1981,<sup>106</sup> mostrando as principais matérias publicadas durante os seis anos

---

<sup>99</sup> SMITH, Anne Marie. *Um acordo forçado...*, Op. cit., p. 107.

<sup>100</sup> *Ibid.*, p. 98.

<sup>101</sup> *Movimento*, n. 154, São Paulo, 12 jun. 1978.

<sup>102</sup> *Movimento*, n. 154, 155 e 156, São Paulo, respectivamente 12, 19 e 26 jun. 1978.

<sup>103</sup> AZEVEDO, Carlos; AMARAL, Marina; VIANA, Natália. *Jornal Movimento, uma reportagem*, Op. cit. p. 280.

<sup>104</sup> *Ibid.*, p. 293.

<sup>105</sup> AZEVEDO, Carlos; AMARAL, Marina; VIANA, Natália. *Jornal Movimento, uma reportagem*, Op. cit., p. 298.

<sup>106</sup> *Movimento*, n. 334, São Paulo, 23 nov. 1981.

de existência do semanário, além de reportagens sobre os ideais defendidos e uma carta sobre a convenção que decidiu pelo fechamento do jornal alguns dias antes.<sup>107</sup>

---

<sup>107</sup> Em 14 e 15 de novembro do mesmo ano.



### 3. AINDA SOB CENSURA: RESISTÊNCIA EM *MOVIMENTO* ATÉ 05 DE JUNHO DE 1978

Na capa e nas matérias de política nacional do jornal *Movimento*, existem certos assuntos que se destacam, mesmo estando presente nas tabelas do universo temático que mais sofreu censura prévia. Segundo Maria Aparecida Aquino, as questões referentes ao subtema “repressão política”<sup>108</sup> são bastante censuradas (20,18% dos temas políticos entre 1975 e 1978) pois

é característico de regimes de opressão ou de forma o não permitir a divulgação de seus aspectos repressivos, na medida em que eles se mantêm as custas da construção de uma imagem e que a aparência de um mínimo de relação consensual para com o público é fundamental. Deste modo, a existência de uma resistência ao regime e a contrapartida da relação repressiva do mesmo, precisam estar ocultas a qualquer custo. E, neste parecer, o controle dos meios de comunicação, impedindo a divulgação de notícias incômodas que venham obscurecer o brilho do regime, ocupa papel primordial na manutenção do Estado.<sup>109</sup>

Apesar disso, em 1978, relacionado com o processo de abertura política, tais aspectos aparecem nas páginas do semanário, particularmente o que se refere as críticas ao regime, entre 1975 e 1978.<sup>110</sup> Mesmo com a censura, o mesmo tema aparece citado 27 vezes mais nas quatro edições,<sup>111</sup> inclusive nas capas do periódico.

De acordo com as tabelas fornecidas por Maria Aparecida Aquino, no livro sobre a censura em *Movimento* e *O Estado de São Paulo*, as questões políticas constituem (entre 7 de julho de 1975 e 5 de junho de 1978) 25,48% do material censurado<sup>112</sup> no jornal *Movimento*. Aquino detalha os “subtemas” políticos, com a porcentagem de material censurado dentro dos três anos apontados:

<sup>108</sup> Nas edições de 15/05, 22/05, 29/05 e 05/06, o tema aparece relacionado à censura, repressão, tortura, torturadores, violência policial, prisões políticas, anistia.

<sup>109</sup> AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa e Estado Autoritário...*, Op. cit., p. 140.

<sup>110</sup> Nesta categoria uniu-se as subcategorias de Maria Aparecida Aquino “Críticas ao Regime”, “Corrupção Governamental”, “Críticas da oposição” e Anistia.

<sup>111</sup> Nas edições de 15/05, 22/05, 29/05 e 05/06, o tema aparece relacionado à necessidade de abertura, do fim dos atos institucionais, da necessidade de eleições em 1978, da defesa pelo Estado de Direito, das ilegalidades cometidas por políticos, reformas institucionais, redemocratização, oposição política.

<sup>112</sup> Entre 1975 e 1978, as unidades temáticas censuradas propostas pelos estudos de Maria Aparecida Aquino são: questões econômicas eram 12,86%; questões sociais eram 25,60%; questões educacionais e culturais eram 16,79%, questões de política internacional eram 10,60%; questões referentes à censura eram 5,83%; reconstituições históricas – reportagens de eventos não contemporâneos da época – 2,84%.

- a) Críticas ao regime – 39,90%
- b) Repressão política – 20,18%
- c) Corrupção governamental – 9,38%
- d) Críticas da oposição – 7,51%
- e) Violência Policial/Esquadrão da morte – 7,51%
- f) Relações Igreja/Estado – 7,51%
- g) Anistia – 2,81%
- h) Críticas do Exterior – 1,40%
- i) Assembleia Nacional Constituinte – 1,40%
- j) Comentários Ref. A Políticos Anteriores a 1964 – 0,93%
- k) Caso Ângela Diniz – 0,46%
- l) Anticomunismo/TFP – 0,46%
- m) Casos Aracelli/Cláudia/Ana Lidia – 0,46%
- n) Questões de Drogas – 0,46%<sup>113</sup>

Tais dados são referentes aos três anos de censura prévia vividos pelo jornal. Existe também uma tabela importante, mais simplificada, porém, elaborada pelo próprio CENIMAR, um dos maiores órgãos da repressão brasileira, listando o universo temático das matérias censuradas em *Movimento* entre abril de 1977 e abril de 1978. Tal emblemático documento foi incluído na tese de Mestrado de Maurício Maia Souza. A lista do CENIMAR se aproxima mais do período aqui estudado, mas não possui a complexidade da dos estudos de Aquino.

- a) Ataques ao regime – 25,27%
- b) Direitos humanos – 24,33%
- c) Situação econômica – 19,86%
- d) Movimento estudantil – 10,20%
- e) Incitação à luta – 7,46%
- f) Movimento sindical – 5,02%
- g) Movimento religioso – 4,11%
- h) Leis revolucionárias – 3,72%<sup>114</sup>

---

AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa e Estado Autoritário...*, Op. cit., p 132.

<sup>113</sup> A porcentagem calculada é aproximada. Levou-se em conta o número de matérias encontradas pela autora em relação ao total da unidade temática *Questões Políticas*.

AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa e Estado Autoritário...*, Op. cit., p. 133.

As questões políticas, junto com as questões sociais, constituem os dois principais focos durante toda a atuação dos censores dentro da redação de *Movimento*. Além disso, durante a distensão política e o fortalecimento da oposição, a efervescência política da época aparecia nas páginas até mesmo dos jornais censurados. A escolha das matérias sobre as questões políticas também abrangem a forma como elas são retratadas na capa (ver anexos) do periódico. As duas tabelas justificam a escolha dos temas e das matérias relacionados à política nacional, que o trabalho pretende explicar a partir dos conceitos de Michel De Certeau e das análises sobre o jornal, de Maurice Mouillaud. As matérias relacionadas aos temas teoricamente mais censurados serão retiradas das edições de número 150, 151, 152 e 153<sup>115</sup>, baseadas nas tabelas dos estudos de Souza e Aquino. O projeto gráfico do jornal *Movimento* nem sempre era definido, tornando, em muitos casos, difícil a separação exata entre as editorias do semanário. Porém, com base nos assuntos apresentados acima, bem como na identificação de algumas seções reconhecidamente políticas, caso de *O Brasil*, a *Coluna do Chico Pinto* e parte da seção de notas *Os Fatos*, o trabalho se dará em cima das matérias relacionadas à política nacional, nos meses de maio e junho<sup>116</sup> de 1978.

Devido à amplitude de possibilidades de análise, analisaremos itens de cunho político, respeitando a listagem apresentada por Maria Aparecida Aquino – Críticas ao Regime, que se unirá com os itens sobre a corrupção governamental, as críticas da oposição, Assembleia Nacional Constituinte; e a questão dos Direitos Humanos, que também passará a abranger a questão da violência policial/esquadrão da morte, da repressão política e da anistia – e a elaborada pelo próprio CENIMAR, divulgada na tese de Maurício Maia de Souza. Porém, alguns títulos, que não considero adequados, serão modificados e explicados. O trabalho avaliará se estes temas, apesar de aparecerem entre os mais censurados, foram efetivamente retratados na página, de qual forma, e o espaço que ocupavam, mostrando que tipo de resistência ao regime, *tática ou estratégica* ocorreu. Afinal, se as matérias que serão citadas do jornal enquadravam-se nos tópicos mais censurados, de que modo elas apareciam? Elas se constituíam como resistência? E se eram controladas, que tipo de espaço existia dentro do jornal para esse propósito?

---

<sup>114</sup> CENIMAR/Ministério da Aeronáutica. In: SOUZA, Maurício Maia. *Henfil e a censura: o papel dos jornalistas*, Op. cit., p. 117.

<sup>115</sup> Respectivamente dos dias 15/05, 22/05, 29/05 e 05/06 de 1978.

<sup>116</sup> E no terceiro capítulo, serão estudados os meses de junho e julho de 1978, o mês seguinte após o final da censura prévia

### 3.1 Críticas ao regime<sup>117</sup>

Ao se propor analisar o jornal *Movimento* em 1978, deve-se levar em conta que, devido a sua formação e ao seu próprio status de *alternativo*, ele coloca-se contra o regime civil-militar instalado no Brasil desde 1964. Censurado antes mesmo de ter sua primeira edição nas bancas, é esperado que um dos itens mais citados em suas páginas seja a crítica ao regime. E, conseqüentemente, a censura dessa temática por parte do próprio sistema, é algo coerente dentro dos moldes de funcionamento de uma ditadura de segurança nacional. Segundo Carlos Azevedo, “o jornal *Movimento* significava jornalismo político. Desde o início, todos os que se aproximavam tinham formação política e queriam fazer oposição ao regime militar”.<sup>118</sup>

Para demonstrar o embate que poderia gerar um simples edição de jornal, tomamos a edição de número 150 (ver anexo 1). Na capa há uma crítica embutida em forma de dúvida. A pergunta “Haverá eleições em 78?”<sup>119</sup> é seguida por uma segunda manchete: “O caso das ‘cartas secretas’ do general Figueiredo”. A charge que ilustra a capa mostra metade do corpo de um militar, identificado pelas botas, que acabou de cair de um cavalo. Essas três informações todas estão contidas dentro de um grande ponto de interrogação, que ocupa quase a capa inteira.

Todos os elementos presentes na capa colaboram para acentuar a grande dúvida que realmente existia na sociedade: haveria eleições no ano de 1978? Depois de tantas medidas restritivas em 1976, como o Pacote de Abril, era plausível, para a oposição, esperar que o governo criasse algum tipo de artifício para refrear o avanço da política de “distensão” já mais acentuada no final do governo Geisel.

Quanto à matéria sobre as cartas de Figueiredo, elas diziam respeito a correspondências que ele teria trocado com o general Carlos Alberto Fontoura, embaixador do Brasil em Portugal, sobre ações contra exilados brasileiros que viviam naquele país. O próximo presidente indicado por Geisel era Figueiredo, mas precisava ter sua candidatura aprovada pelo Colégio Eleitoral (amplamente governista). Quer dizer, sua vitória não estava ainda certa (havia uma possível candidatura da oposição, o

<sup>117</sup> A palavra “ataque” dá uma ideia de agressividade que não considero adequada. A palavra “crítica” ao meu ver faz mais jus às atitudes de *Movimento*.

<sup>118</sup> AZEVEDO, Carlos; AMARAL, Marina; VIANA, Natália. *Jornal Movimento, uma reportagem*. Belo Horizonte, Manifesto, 2011. Formato HTML. Disponível em:

<<http://www.oficinainforma.com.br/movimento/livro/>>. Acesso em 03 de dezembro de 2012.

<sup>119</sup> *Movimento*, n. 150, São Paulo, capa, 15 mai. 1978.

general Euler). Nesse contexto, era, no mínimo, audacioso expor na capa do jornal o caso dessas cartas. As aspas indicando as cartas secretas também dão a ideia de que o jornal considerava a probabilidade que elas não fossem verdadeiras ou não estivessem ligadas a Figueiredo. As aspas, neste caso, são usadas como uma ação *tática* do jornal para poder noticiar a sua crítica ao possível futuro presidente da República, como viria a ser, utilizando, porém, do espaço de uma matéria que, teoricamente, apontava para outra questão. O título da matéria, dentro do jornal, entretanto, era bem mais instigante: “Dúvidas, dúvidas e dúvidas”. Embora o jornal tivesse um discurso que leve a acreditar que as cartas eram, de fato, verdadeiras, ele não confirmava nem negava a hipótese.

Ainda na sequência da apresentação da matéria, cópias de dois *telex* e uma carta trocada entre os dois generais eram apresentadas. Por estar sob censura, o jornal não pode defender diretamente a hipótese que defendia, mas se valia de recursos gráficos e discursivos para tentar convencer o leitor da sua linha de raciocínio: ao apresentar o documento logo abaixo, a página do semanário mostra quase a prova de que Figueiredo e Fontoura trocaram as cartas. Neste aspecto, fica claro quando *Movimento* se apropria de um espaço que não lhe pertencia, resistindo também de modo *tático*, – o espaço para criticar o regime abertamente, acusando Figueiredo de ter realmente enviando a correspondência - para noticiar aquilo que está proibido de fazer. Segundo De Certeau, “a tática não tem lugar, senão o do outro e por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto e uma força estranha”. A “força estranha” seria a censura, imposta por um estado ditatorial que faz *Movimento* resistir. O terreno que o jornal utiliza é seu espaço, mas não é um espaço que possa ser utilizado como resistência – pois a censura poderia retirá-lo a qualquer momento - e para isso, ele precisa agir articulando seus *dispositivos*, como, por exemplo, a disposição das reportagens na página.

As críticas ao regime continuam aparecendo nas matérias de capa e no corpo do semanário. A matéria sobre as eleições em novembro indica claramente a desconfiança no futuro processo eleitoral. No título “Haverá mesmo eleições em novembro?”<sup>120</sup> a palavra “mesmo” indica a séria desconfiança à palavra do governo. Além disso, ele relaciona-se com os subtítulos como “Adivinhe o que o governo vai fazer para salvar a Arena do desastre nas eleições”; “O pacote de abril para conter a oposição” e “As reformas, para dividir a oposição”.

---

<sup>120</sup> *Movimento*, n. 150, São Paulo, p. 05, 15 mai 1978.

Não são as únicas matérias que reforçam a ideia de oposição ao partido de situação, a Arena. O próprio semanário questiona com o título de uma reportagem “Você votaria num destes homens para seu representante?”<sup>121</sup>, colocando fotos de candidatos militaristas à Câmara (Coronel Erasmo Carlos, Ivahir Garcia e Cantídio Sampaio) e intercalando a matéria com trechos de entrevistas de Erasmo Dias ou a trajetória dos outros dois. Partindo do que poderia ser visto como possível na divulgação dos possíveis candidatos da Arena (partido que dava suporte à ditadura) o que o jornal fazia, em realidade, era remarcar a identidade dos candidatos desse partido com o regime – que ele, jornal, tanto combatia.

A Frente Nacional Democrática, encabeçada pela possível candidatura do general Euler Bentes, também era acolhida nas páginas do jornal. Neste caso, abria-se espaço para apresentar um candidato opositor (do MDB) à Presidência da República, fato inédito. Essa era uma das formas indiretas de *Movimento* criticar o regime. O semanário trazia matérias sobre a vida do general: “Quem é o general Euler Bentes (e quais as razões de sua candidatura)”<sup>122</sup>. A matéria retratava sua atuação de sucesso como superintendente da Sudene, mostrando-o, através de fotografias como tendo boas relações com outros políticos. Aliás, nas edições 151, 152 e 153, as matérias dedicadas ao general Euler e a Frente Democrática foram sempre generosas, ocupando de uma a duas páginas inteiras, intercaladas com fotos e opiniões de intelectuais sobre a Frente de oposição, legitimando o discurso da matéria. Entre essas manifestações, podem ser destacadas as de Fernando Henrique Cardoso, que já colaborava com matérias para *Movimento* e Chico Pinto, colunista semanal da publicação. Além disso, *Movimento* acompanhava os passos da Frente Democrática e aproveitava para apresentar alguma novidade sobre seu candidato. Ao elogiar o desempenho do futuro candidato em sua vida pública e suas propostas eleitorais, o semanário criticava a atual situação do governo, como, por exemplo, a vigência dos atos institucionais.

As capas das edições 151 e 152 (ver anexo 2 e 3) também fazem referência à Frente Democrática Nacional nas manchetes menores. Na capa da edição 151, três pequenas manchetes aparecem lado a lado “Quem é o General Euler Bentes”, “Militares e política no Brasil” e “Uma Frente democrática”, mostrando conexão entre as matérias

<sup>121</sup> *Movimento*, n. 150, São Paulo, p. 07, 15 mai 1978.

<sup>122</sup> *Movimento*, n. 151, São Paulo, p. 7, 22 mai. 1978.

e seus significados para o jornal.<sup>123</sup> Enquanto este parece apoiar a candidatura do possível candidato do MDB, coloca uma matéria sobre a história dos militares na política do Brasil, como uma espécie de contraponto. Na capa seguinte, a manchete já é “Você apoia a frente do general Euler?”<sup>124</sup>

A coluna de Chico Pinto, frequente no semanário, aparece apenas duas vezes no período de tempo estudado. Neste caso, é impossível saber se ela foi censurada ou não, pois seu nome sequer aparece nas páginas das edições 151 e 152. Porém, a sua coluna era um dos espaços do jornal onde o regime foi mais criticado.

Na coluna da edição 150, “A hora é de liberalização”,<sup>125</sup> Chico Pinto criticava a situação política da época e a postura dos políticos em época eleitoral e defendia a abertura. Já na edição 153, ele escrevia sobre a convenção do MDB. A coluna pode ser caracterizada como “espaço no jornal onde uma pessoa escreve regularmente”,<sup>126</sup> mas também é uma categoria do jornalismo opinativo. Logo, se o jornal *Movimento* já é um jornal em boa parte comentado,<sup>127</sup> a coluna possui um espaço para críticas ainda maior. Segundo José Marques de Melo, “a coluna corresponde à emergência de um tipo de jornalismo pessoal, intimamente vinculado à personalidade de seu redator”.<sup>128</sup> Como ela é pessoalizada na figura de Chico Pinto, deputado do MDB e que assina a coluna (ou seja, não é atribuída aos jornalistas de *Movimento*, mas ao deputado Chico Pinto, que escreve em *Movimento*), pode haver aí também um distanciamento do jornal e do autor, como há entre fonte e jornal, permitindo que as críticas ao regime sejam mais agressivas e abertas. Mas, assim como todo o conjunto do jornal, é um espaço que também depende da arbitrariedade da censura prévia.

### 3.2 Direitos humanos e repressão política

A questão dos direitos humanos por si só era polêmica, devido à sistemática negação por parte do governo das violações cometidas. Segundo a tabela do CENIMAR, as questões relacionadas aos direitos humanos são quase tão censuradas

---

<sup>123</sup> *Ibid.*

<sup>124</sup> *Movimento*, n. 152, São Paulo, p. 7, 29 mai. 1978.

<sup>125</sup> *Movimento*, n. 150, São Paulo, p. 9, 15 mai. 1978.

<sup>126</sup> MEDINA, Jorge Lellis. Gêneros jornalísticos: respondendo a questão. In: *Revista Symposium*. Pernambuco, ano 5, n. 1., janeiro-junho 2001. Disponível em: <<http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/3196/3196.PDF>>. Acesso em 03 de dezembro de 2012.

<sup>127</sup> Muitos jornais alternativos não tendiam a separar opinião e informação, e *Movimento* se encaixa neste perfil.

<sup>128</sup> MELO, José Marques. *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis : Vozes, 1985, p. 131.

quanto às questões políticas, podendo se estabelecer uma relação entre os dois temas. Entretanto, o tema aparece de uma forma um pouco mais tímida nas páginas do semanário.

Para Aquino, um dos tópicos relacionados à repressão política é a questão da situação dos presos políticos. Segundo Aquino, o caso Herzog também foi destaque nas páginas do semanário:

Três artigos deveriam ter sido publicados, respectivamente nos números 18, 116 e 151 de *M [Movimento]*, tratando do caso Herzog<sup>129</sup>. A primeira reportagem, realizada logo após a morte do jornalista, representa uma solicitação de investigações para apuração do caso. A segunda, relata o envolvimento do legista Harry Shibata, processado por ter assinado o laudo de morte de Herzog sem ver o corpo. A terceira apresenta depoimentos de testemunhas confirmando a existência de torturas no jornalista.<sup>130</sup>

Porém, na própria edição 151, há uma matéria sobre o caso Herzog, intitulada “Na sala ao lado, os gritos de Herzog”,<sup>131</sup> com o depoimento de Duque Estrada sobre as torturas sofridas pelo jornalista. Nela, a palavra “tortura” aparece diversas vezes, mostrando claramente o que muitas vezes tentou se esconder no regime. Paradoxalmente, neste caso, mesmo claramente noticiada, a matéria não foi censurada. Aqui, a *tática* utilizada foi a de atribuir às fontes as palavras que provavelmente poderiam causar desconforto aos censores. Ou seja, “quem disse” não foi o jornal, mas a fonte. Não houve utilização só de aspas, mas recursos relacionados ao discurso indireto como forma de provar um distanciamento do jornal daquelas opiniões concedidas por entrevistados. No caso em questão, a notícia está na segunda página, e uma sorridente foto de Herzog chama a atenção do leitor. Segundo Mouillaud, quando se coloca uma citação, pode-se produzir dois efeitos: o de autoridade ou o de distanciamento.<sup>132</sup> A partir desse distanciamento, o jornal busca poder noticiar as violações sem, porém, desentender-se mais com a censura, resistindo *taticamente* mais uma vez. Essa mesma situação aparece em diferentes matérias, como outra reportagem sobre o caso Herzog<sup>133</sup> (que retoma o mesmo tema: falta de mais testemunhas para provar que Herzog morreu em decorrência das torturas); e há ainda uma pequena nota sobre a existência de censura

<sup>129</sup> Vladimir Hertzog, jornalista e morto pelo DOPS em 1975. A história divulgada é que teria sido suicídio, mas na verdade, ele foi morto após inúmeras torturas nas dependências da instituição.

<sup>130</sup> AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa e Estado Autoritário...*, Op. cit., p. 138

<sup>131</sup> *Movimento*, n. 151, São Paulo, p. 2, 22 mai. 1978.

<sup>132</sup> MOUILLAUD, Maurice. *Da forma ao sentido.*, Op. cit., p. 131

<sup>133</sup> *Movimento*, n. 153, São Paulo, p. 2, 05 jun. 1978.



na imprensa brasileira.<sup>134</sup> A matéria é um exemplo prático desse distanciamento que o jornal tenta aparentar sobre temas “malditos”, para não atrair o olhar dos censores:

#### CENSURA

Do editorial da Folha de S. Paulo do último dia 31: “A defesa da liberdade de expressão não pode ser restrita a determinados jornais. Uma sociedade democrática e pluralista deve assegurar o direito de todos os grupos sociais, desde que reconhecidos como interlocutores válidos, de expressarem livremente seus pontos de vista. A censura é ou não é. Esta, a que assistimos, discriminatórias, não tem sequer um bafejo de racionalidade.”<sup>135</sup>

Nessa situação, vale a pena ressaltar que, em 1975, ou ainda antes de qualquer distensão, seria pouco provável que uma matéria como esta escapasse do olhar atento dos censores, mesmo potencializando recursos relacionados aos dispositivos de composição da página. Segundo Anne Marie Smith, tanto a existência de autocensura quanto de censura prévia (caso do jornal *Movimento*), eram escondidas da população, como forma do regime garantir maior legitimidade.

Ao analisar a censura prévia, é possível deixar passar o fato de que essa modalidade de censura do Estado era ilegal, secreta e rara. O processo inteiro era inconstitucional. [...] Nos termos do crucial Ato Institucional Nº 5, a liberdade de imprensa (bem como outros direitos assegurados na Constituição) podia ser suspensa em caso de estado de sítio, mas nunca foi declarado estado de sítio durante a época da censura prévia e foi esse ponto que as contestações jurídicas à censura prévia se referiam. A censura política da imprensa era ilegal nos termos das próprias normas do regime.<sup>136</sup>

Porém, com a política de distensão, mudava um pouco a figura. Tornava-se mais difícil para o Estado negar certas violações e atos inconstitucionais, ante uma oposição cada vez maior e mais atuante, que “lograram bloquear as tentativas de reinstaurar medidas coercitivas”.<sup>137</sup> Diante desses fatos, o Estado ditatorial brasileiro precisava de novas formas de se manter no poder.

Nos anos do milagre econômico, enfatizara-se o papel legitimador dos êxitos do modelo de desenvolvimento. Com as crescentes dificuldades agora enfrentadas no terreno econômico, o Estado de Segurança Nacional passou a preocupar-se com a criação de novos mecanismos para a obtenção de apoio político e social. Era necessário encontrar uma nova base de legitimidade [...] A teoria da “distensão” pretendia assegurar um afrouxamento da tensão sociopolítica. Associando-a a níveis mais elevados mas sempre controlados de participação política,

<sup>134</sup> *Ibid.*, p. 8.

<sup>135</sup> *Ibid.*

<sup>136</sup> SMITH, Anne Marie. *Um acordo forçado...*, Op. cit., p. 96.

<sup>137</sup> ALVES, Maria Helena Moreira de. *Estado e Oposição No Brasil...*, Op cit., p. 225.

os planejadores do Estado inventavam erigir mecanismos representativos elásticos que pudessem cooptar setores da oposição.<sup>138</sup>

Na mesma seção<sup>139</sup> da nota sobre censura, na seção *Os Fatos*,<sup>140</sup> há outra informação sobre um jornalista espancado por policiais - o quarto agredido em menos de dois meses pela Polícia Militar de Brasília - e de jornalistas acusados de tentar reorganizar o Partido Comunista Brasileiro, mas que foram absolvidos por falta de provas. As notícias, individualmente, podem dar a ideia de que são apenas notas informativas, sobre os acontecidos na última semana. Porém, se lidas em conjunto e na ordem proposta pelo periódico, elas podem indicar as desvantagens sofridas pela imprensa na época, mesmo com a distensão. Mostram que a opção de se dedicar um espaço maior aos problemas enfrentados pela imprensa, diante da truculência do regime, é impossível. Mesmo assim, o jornal tenta fazer a sua parte, e recorta em pequenas notas os problemas cotidianos sofridos pelos profissionais de imprensa<sup>141</sup>.

A palavra “anistia” também aparece nas páginas de *Movimento*. Segundo Aquino, o movimento em defesa da anistia existia desde a promulgação do Ato Institucional Nº1 e “o movimento cresceu de tal modo que já em 1978 o Estado de Segurança Nacional não podia mais ignorá-lo”<sup>142</sup>. A lei só viria a ser promulgada em 1979, mas antes disso, diversos movimentos já se mobilizavam em seu favor. Em *Movimento*, a palavra aparece associada, nos dois casos, ao movimento feminino pela anistia. A primeira é sobre o falecimento da mãe de Márcio Moreira Alves, Branca de Melo Franco Alves, membro do Movimento Feminino pela Anistia<sup>143</sup>; e a segunda menção corresponde ao lançamento do Movimento Feminino pela Anistia em Sergipe.<sup>144</sup> Em ambos os casos, o título das matérias é “ANISTIA”. Na primeira reportagem, inicialmente não há nada relacionado diretamente ao movimento em si, mas apenas à morte de Branca de Melo Franco Alves. Porém, no decorrer da nota, o jornal declara: “Em seu caixão, foram depositadas quatro rosas enviadas por seu filho, o ex-deputado Marcio Moreira Alves, cassado em 1968 e exilado, que não recebeu permissão

<sup>138</sup> *Ibid.*, p. 185.

<sup>139</sup> *Movimento*, n. 153, São Paulo, p. 8, 05 jun. 1978.

<sup>140</sup> Seção de pequenas notas informativas sobre os mais variados assuntos, desde política, economia, geral, internacional e cultura.

<sup>141</sup> Para ilustrar essa situação, cabe mencionar os problemas enfrentados por Maurício Azedo, jornalista do *Movimento*, acusado e ameaçado de tentar reorganizar o Partido Comunista do Brasil.

<sup>142</sup> ALVES, Maria Helena Moreira de. *Estado e Oposição No Brasil...*, Op cit., p.268.

<sup>143</sup> *Movimento*, n. 150, São Paulo, p. 11,15 mai. 1978.

<sup>144</sup> *Ibid.*, p. 13.

para ver a mãe no Brasil, durante a sua doença”.<sup>145</sup> Ou seja, ao finalizar a matéria, o jornal passa uma mensagem que extrapola a própria notícia. Somente a menção de Márcio Moreira Alves, exilado e protagonista indireto dos eventos que concluíram na imposição do AI-5 e no reforço repressivo inédito (“os anos de chumbo”) é algo de muita particular importância. Por outro lado, ao informar que o corpo da mãe não pode ser despedido pelo filho exilado, o jornal consegue transcender uma tragédia pessoal e da família de Moreira Alves, para ligá-la à intransigência do governo e a questão da anistia, já que talvez os riscos de uma crítica aberta à questão envolvessem maiores problemas para *Movimento*.

Os exemplos apresentados demonstram como o jornal *Movimento* conseguia, de fato, informar sobre os temas de extrema sensibilidade para a censura. Porém, a forma com que estes temas eram retratados no periódico mostra que não tinham um espaço próprio. Nos casos analisados, a crítica ao regime poderia ocorrer dentro de matérias como a da nova Frente Democrática. Ou da notícia sobre a morte da mãe de Márcio Moreira Alves (e aí entrava a anistia, e o exílio, por exemplo). As críticas à tortura ou à censura são expressas nas vozes de outros, mais expostas que defendidas, só possíveis pela aparência de distanciamento do jornal.

Porém, é no mínimo surpreendente a quantidade de matérias com críticas abertas ao regime que já passavam pelos censores, em 1978. Enquanto a questão dos direitos humanos e repressão política é retratada de forma bastante discreta, o regime é bastante criticado, política e economicamente. Critica-se o conservadorismo da Arena e a falta de reformas constitucionais, já reivindicadas pela oposição. Critica-se a possibilidade de não haver eleições em 1978, a corrupção dos governantes, a inexistência do Estado de Direito no Brasil ou o isolamento do regime militar – cada vez mais visível.

Os espaços utilizados para as críticas não pertencem ao jornal, pois podem a qualquer momento ser retirados pela censura. Mesmo que as matérias sejam publicadas, não é possível que o jornal faça um planejamento a longo prazo do que e como quer noticiar. Ele sobrevive nas brechas do que a censura deixa passar – e a censura, de forma geral, vai ficando mais branda a partir da distensão. Porém, não há garantias da continuidade e retrocessos podem ser possíveis. Isto ocorre porque a censura não tem um modelo institucionalizado, burocratizado. Logo, o tipo de resistência que existe

---

<sup>145</sup> *Ibid.*, p. 11.

antes do final da censura prévia dentro da redação de *Movimento* é uma resistência por *tática*, na qual o jornal depende do tempo, não do espaço que ele tem, que ocupa, mas não tem permissão para usá-lo, de acordo com suas deliberações internas e/ou editoriais.

#### 4. “SEM CENSURA!”: RESISTÊNCIA EM *MOVIMENTO* A PARTIR DE 12 DE JUNHO DE 1978

A censura não foi um processo institucionalizado e sempre houve tentativas por parte do governo de ocultá-la da população. Porém, ela está relacionada às medidas tomadas pelo governo para se autolegitimar e institucionalizar-se.

De fato, a institucionalização do aparelho repressor e a considerável autonomia de que gozava têm sido apontadas como as características principais do regime autoritário brasileiro em comparação com outros regimes similares que vigoraram no Cone sul naquele período.<sup>146</sup>

A censura direta não foi a única tentativa de controle da imprensa. Formalmente, o regime não podia negar a falta de liberdade de imprensa, mas poderia se utilizar de outros meios para cerceá-la, como, por exemplo, impedir que certos jornalistas exercessem a sua profissão.<sup>147</sup> Assim, a censura não teve uma data fixa para acabar; ela sofre os influxos, avanços e recuos de um processo de liberalização do regime que começa, lentamente, no governo Geisel.

O processo de liberalização teve, porém, dois pesos e duas medidas. Enquanto jornais como *O Estado de São Paulo* e *O Pasquim* foram liberados da imposição censorial em 1975<sup>148</sup> – ano de surgimento de *Movimento* – este último sofreria ainda por três anos, tendo que prestar conta de todo o material produzido para os censores do governo federal, muitas vezes arbitrários, que influenciavam na finalização do jornal. Com isso, percebia-se que, além da antipatia geral com a imprensa, certos veículos preocupavam mais – provavelmente, isso estava ligado ao seu público alvo e também com sua relação com a oposição brasileira, ou seja, quanto mais crítico ao governo e próximo à oposição, maior a preocupação por parte dos censores; porém isso nem sempre era uma regra, devido ao caráter muitas vezes arbitrário da censura -, estendendo a medida restritiva sobre eles por mais tempo. Em junho de 1978, finalmente, o semanário *Movimento* vê-se livre dos três anos de censura prévia aos quais foi submetido.

---

<sup>146</sup> SMITH, Anne Marie. *Um acordo forçado...*, Op. cit., p. 38.

<sup>147</sup> *Ibid.*, p. 73.

<sup>148</sup> *Ibid.*, p. 97.

Embora a censura não pudesse ser amplamente divulgada à população, a sua ausência o foi. A primeira capa, em 12 de junho de 1978 (ver anexo 5), possui os dizeres em fundo vermelho “SEM CENSURA! História dos 3 anos da Censura em Movimento”, mostrando aos leitores a existência de um aparato repressivo que, por três anos, prejudicou as informações que eram passadas para eles. Tal acontecimento já mostra uma mudança na postura de realizar as denúncias, devido ao espaço aberto que agora ocupa.

O regime precisava que a censura prévia fosse um segredo relativamente *público* (quer dizer, público pelo menos na esfera da imprensa) a fim de poder rechaçar eficazmente possíveis desafios de outras publicações. Por outro lado, em nome da legitimidade fundamentada no apelo às instituições e direitos formais tradicionais, o regime tinha de esconder essa violação ilegal de uma liberdade assegurada constitucionalmente<sup>149</sup>.

Após a liberação do dia 08 de junho de 1976 (que viria a ser revelada na edição seguinte, dia 12 de junho), *Movimento* informou, abertamente, sobre as limitações que sofrera na produção do periódico durante os três anos de vigência da censura prévia. Nessa nova fase que se abria, o caráter de denúncia do jornal continuou existindo, como antes do final da censura, mas agora, existia um espaço para se constituir sem temer reprimendas antes de publicar suas pautas, podendo ser denominada agora uma *ação estratégica* de resistência.

O terceiro capítulo se propõe a analisar como o jornal noticiava os acontecimentos de política nacional nas quatro edições após o final da censura prévia em *Movimento*. Os itens escolhidos para análise serão os mesmos do capítulo 2, baseado nas tabelas de Aquino e do CENIMAR: críticas ao regime e repressão e direitos humanos. As edições analisadas serão as de número 154, 155, 156, e 157.<sup>150</sup> A de número 154 já não é censurada, porém foi planejada ainda dentro da censura prévia, enquanto as três seguintes foram planejadas já sem qualquer ameaça ou necessidade de mandar o material para os censores de Brasília, como se fazia anteriormente. O questionamento neste capítulo seria se há uma mudança no tipo de resistência desempenhado pelo semanário após a queda da censura prévia. E se há, ela é uma *estratégia*? Como se constituem os espaços do jornal, agora que ele não é mais alvo da medida repressiva? O jornal passa a ter seu *espaço*, seu lugar, que pode ser isolado e utilizado como uma forma de resistência para que *relações com a exterioridade* nasçam.

<sup>149</sup> *Ibid.*, p. 96.

<sup>150</sup> Respectivamente dos dias 12/06, 19/06, 26/06 e 03/07 de 1978.

#### 4.1 Críticas ao regime

Após o final da censura prévia, *Movimento* sente, em suas primeiras edições sem o controle do aparato repressivo, uma liberdade jamais experimentada. A falta da censura é anunciada em todos os espaços possíveis. Além das reportagens, colunas e matérias no geral, o fim da censura é citado até mesmo na seção de opinião dos leitores, chamada de *Cartas Abertas*.<sup>151</sup> Entretanto, tal seção não é o foco deste trabalho.

As críticas ao regime continuam se baseando em demonstrar a solidão do Estado, a falta do apoio de muitos setores da sociedade e a possibilidade de eleição do general Euler Bentes, da Frente Popular Democrática. Nas matérias das edições 154, 155, 156 e 157, ganha centralidade o debate entre duas opiniões divergentes sobre a constituição dessa Frente liderada por Euler Bentes e Magalhães Pinto. Um dos principais defensores da Frente era o deputado “autêntico” do MDB e colunista em *Movimento*, Chico Pinto, pois “Chico Pinto sempre cuidara de cultivar boas relações com os militares nacionalistas”.<sup>152</sup> Na primeira coluna do deputado, após o fim da censura prévia, declara: “Depois de tanto escrever sob censura, encontro-me meio sem jeito para escrever sem ela. Até nisso a ditadura dificulta e vicia. Os riscos agora são outros, mas vamos lá”.<sup>153</sup> Tais dizeres iniciais da matéria deixam claro que agora a censura parou de ser uma nuvem pairando sobre a redação e passou a ser um obstáculo concreto, enfrentado durante os três longos anos anteriores. De abstrata, como aparecia anteriormente nas páginas de *Movimento*, a censura agora é parte nítida da lembrança da história do jornal. Os riscos, citados pelo colunista, ainda existem na ordem ditatorial como, por exemplo, a indignação que causou ao governo a manchete “Geisel num Mar de Lama” (outubro de 1978), meses após o fim da censura prévia.<sup>154</sup> Devido a ela, o ministro do Exército, general Belfort, enviou uma representação ao Ministro da Justiça, alegando, sobre *Movimento*:

Intensificando uma campanha difamatória contra o Exército Brasileiro, procurando denegrir a sua imagem diante da opinião

---

<sup>151</sup> “Não quero deixar de dizer que me uno à alegria de toda a equipe de *Movimento* pela retirada da drástica e tão injusta censura. Frei Romeu, Centro Pastoral Vergueiro, São Paulo – SP”; “COMPANHEIROS PARABENS FIM CENSURA VITORIA TODA OPOSIÇÃO. CEHAT USP”; “PARABENS ELIMINAÇÃO CENSURA PREVIA VG UMA CONQUISTA BRASILEIROS”; entre outros. (*Movimento*, n. 156, p. 23, São Paulo, 26 jun. 1978.)

<sup>152</sup> AZEVEDO, Carlos; AMARAL, Marina; VIANA, Natália. *Jornal Movimento, uma reportagem.*, Op. cit., p. 199.

<sup>153</sup> *Movimento*, n. 155, São Paulo, p. 7, 19 jun. 1978.

<sup>154</sup> *Movimento*, n. 171, São Paulo, capa, 09 de outubro de 1978.

pública, divulgando notícias falsas e tendenciosas, além de estimular a discórdia e incentivar a indisciplina, tudo com o ostensivo objetivo de provocar cisões nos nossos quadros.[...] Por considerar que artigos dessa natureza são elaborados com a intenção de abalar a inquebrantável coesão e unidade existentes no Exército, e que se enquadram numa campanha de descrédito do Regime e da Revolução, solicito que V. Sa. tome as providências que bem determinar.<sup>155</sup>

Por causa disso, Antonio Carlos Ferreira, diretor da publicação, foi acusado de infringir os artigos 16 e 36 da Lei de Segurança Nacional, por publicar uma matéria considerada “insultuosa”. Segundo Alves, esta era uma das formas de continuar controlando os jornalistas, mesmo com o fim da censura prévia.

Entre as outras formas de coibição legal está a possibilidade de denúncia criminal de jornalistas, editores e proprietários de jornais. Estes controles figuram na Lei de Segurança Nacional e num texto especial conhecido como Lei de Imprensa. Estas leis proíbem a publicação de material considerado subversivo, ofensivo, calunioso ou contrário aos interesses da Segurança Nacional ou às autoridades constituídas. Como observamos, os jornalistas e editores são considerados pessoalmente responsáveis pelas notícias publicadas. Muitos foram denunciados e presos por infringir de uma forma ou de outra as leis de censura.<sup>156</sup>

Todos os problemas que “Tonico” Ferreira enfrentou nos tribunais foram retratadas no semanário, o que mostrou mais uma forma de usar o espaço do jornal (agora) como forma de resistência direta ao regime. As *ações estratégicas* que o jornal se utilizou para resistir já se constituíam em *algo próprio*, que mantém relações com a exterioridade de *alvos* ou *ameaças*, no caso, representadas pela ditadura militar.

Entretanto, outras críticas a personalidades do governo foram mais afiadas, como as críticas diretas a Paulo Maluf, na capa da edição 154,

MALUF, UM GOVERNADOR ACIMA DE QUALQUER SUSPEITA.

O que você acha que Maluf, o dissidente paulista, é:

- um democrata rebelde
- um notório fascista
- um estelionatário de alto coturno
- um empresário de sucesso<sup>157</sup>

<sup>155</sup> AZEVEDO, Carlos; AMARAL, Marina; VIANA, Natália. *Jornal Movimento, uma reportagem.*, Op. cit., p. 206. Arquivo Pessoal de Bernardo Kucinski.

<sup>156</sup> ALVES, Maria Helena Moreira de. *Estado e Oposição No Brasil...*, Op. cit., p. 213

<sup>157</sup> *Movimento*, n. 154, São Paulo, capa, 12 jun. 1978.



Mesmo não sendo o candidato indicado pelo palácio do Planalto – Laudo Natel - Paulo Maluf foi o indicado pela Arena para o governo de São Paulo. Criticando Maluf, a intenção da reportagem era mostrar que a Arena já não tinha a força de antes, visto que a chapa defendida pelo futuro presidente da República sequer venceu a votação para o governo na convenção da Arena. Maluf é constantemente associado a escândalos e gastos indevidos de dinheiro.

As tentativas do governo de se institucionalizar também eram mal vistas. Na edição número 156, o título da página três era “O pacote junino: completando a comédia”. Na matéria, informava-se que um novo pacote de reformas políticas estava sendo lançado, e que teria idealizado pelo próprio Geisel e por membros de sua equipe. O nome do presidente acabou sendo associado ao planejamento de uma cena, e as reformas a uma “farsa”, da qual faz parte o nome do sucessor de Geisel, Figueiredo. O jornal aproveitava a ocasião para criticá-lo, já que, dentro de sua redação, colabora um dos “maiores articuladores da campanha do Euler”,<sup>158</sup> Chico Pinto. No caso sobre o general Figueiredo, afirmava-se que,

no final, para compor todo o quadro da farsa, o general Figueiredo, um dos “constituintes do Planalto”, também entrou em cena: declarou que fará um apelo ao general Geisel para que coloque as reformas em vigor a partir do dia 1º de janeiro de 79 e não a 15 de março. Disse também que não pretende ampliar as reformas em seu governo, pois senão “as aberturas se transformarão em arrombamentos”.<sup>159</sup>

Enquanto, no semanário, o general Euler Bentes era “considerado competente como administrador – fora superintendente da Sudene –, nacionalista, que se mantivera à distância da política de repressão da ditadura”<sup>160</sup>, pois “[...] havia ido para a reserva pouco antes”,<sup>161</sup> Figueiredo acaba sendo associado ao regime, devido à sua filiação partidária, ao seu histórico e aos episódios em que se envolvera, como o famoso momento em que ele perde a calma com um estudante quando este se referiu ao relatório de Hugo Abreu, tornando pública a lista dos envolvidos na campanha de Figueiredo, que estavam ligados com a corrupção ou a grupos estrangeiros. Tal acontecimento se torna a matéria da página 3 e também capa da edição (ver anexo 8),<sup>162</sup>

<sup>158</sup> AZEVEDO, Carlos; AMARAL, Marina; VIANA, Natália. *Jornal Movimento, uma reportagem.*, Op. cit., p. 199.

<sup>159</sup> *Movimento*, n. 156, São Paulo, p. 3, 26 jun. 1978.

<sup>160</sup> AZEVEDO, Carlos; AMARAL, Marina; VIANA, Natália. *Jornal Movimento, uma reportagem.*, Op. cit., p. 198

<sup>161</sup> *Ibid.*

<sup>162</sup> *Movimento*, n. 157, São Paulo, capa, 03 jul. 1978.

com uma ameaçadora imagem de Figueiredo, que aponta para o leitor com os dizeres “EU NÃO SOU CORRUPTO” e atrás, um militar distanciado meio metro, segurando, justamente, o relatório Hugo Abreu.

A ideia de redemocratização também está presente; reportagens vinculadas a nomes de Leonel Brizola e Lysâneas Maciel estão ligadas a ela. Esses setores da oposição, que se reúnem em *Movimento*, e que passam a ocupar maior espaço e, segundo Maria Helena Moreira Alves, “ampliaram o espaço político, enfrentando o Estado a partir de suas posições de autoridade na sociedade civil e questionando a legitimidade que o Estado de Segurança Nacional tentava assumir”.<sup>163</sup> Há uma reunião de nomes relacionados à oposição no Brasil dentro do semanário. Antes, tais nomes poderiam ser censurados, mas agora tem espaço para desempenhar o papel que o jornal já tinha a intenção de ter – e tinha sempre que possível, antes do fim da censura prévia – de reunir a oposição brasileira em um debate amplo e organizado contra o regime militar que vigorava no país. Esse espaço permite uma “prática panóptica”<sup>164</sup> pois ao ter um lugar próprio, é possível *observar e medir, controlar e incluir* na sua visão, ou seja, é possível antecipar-se e planejar-se, não dependendo de brechas fornecidas pelo tempo, mas organizando-se a partir do espaço no lugar que agora lhe pertence.

## 4.2 Repressão e Direitos Humanos

A questão da violação dos direitos humanos e a repressão vivida no cenário pós censura prévia é a que apresenta maiores mudanças em relação ao período anterior à censura prévia. A censura é mostrada, na nova fase, como algo concreto e é claramente referenciada em quase todas as matérias.

*Movimento* elabora um suplemento Especial sobre a história da censura no semanário, apresentado durante três edições sucessivas. Todas as matérias aparecem noticiadas na capa do jornal e ocupam boa parte do interior da edição. A primeira edição (número 154, ver anexo 5) noticia na capa “SEM CENSURA: História dos 3 anos da Censura em Movimento. Especial, 8 páginas”. A edição número 155 (ver anexo 6) anuncia, na primeira página, “SEM CENSURA! Primeira edição totalmente planejada e executada sem censura”, já com quatro páginas. E, por último, a edição de número 156 (ver anexo 7), traz a última parte do especial com uma das manchetes “SEM

<sup>163</sup> ALVES, Maria Helena Moreira de. *Estado e Oposição No Brasil...*, Op. cit., p. 225.

<sup>164</sup> DE CERTEAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano...* Op. cit., p. 100.

CENSURA! História dos três anos da censura em *Movimento* – 3ª parte”, com três páginas de material.

Na primeira edição, o jornal faz um retrospecto sobre os três anos vividos sob censura, com o título “Três anos de resistência”. Além de expor, na página 13, uma das capas mais emocionantes – a da morte de Herzog – o jornal explica sobre a suspensão da censura no periódico e alerta que ela ainda não acabou.

Outras razões impedem ainda que se fale em um fim da censura à imprensa. Em primeiro lugar, permanece em vigor o Ato Institucional número 5, que continua autorizando o Presidente da República a censurar, a seu exclusivo critério, a imprensa, a correspondência e as comunicações. E, em segundo lugar, o governo dispõe de uma legislação antidemocrática em que se incluem a Lei de Segurança Nacional e Lei de Imprensa e que pode facilmente ser acionada como uma censura legítima, desde que os tribunais continuem como hoje, quase que completamente sem autonomia.<sup>165</sup>

Ainda existia o perigo da censura prejudicar o jornal, dentro de seu próprio espaço, mas agora a partir da apreensão da edição ou até mesmo da volta da censura prévia, pois não havia necessariamente uma legislação que protegesse a imprensa das arbitrariedades do Estado, já que “a censura política da imprensa era ilegal nos termos do próprio regime”.<sup>166</sup> Então, não havia necessidade de uma base de sustento constitucional para acontecer. A denúncia da existência desses aparatos repressivos constituía uma forma de luta pela manutenção desse espaço, ainda que o semanário tivesse autonomia e um espaço próprio de articulação.

Se o medo da volta da censura existia, não é possível saber; mas existia cautela. Enquanto o jornal estivesse liberado desse controle, ele aproveitaria para noticiar e planejar uma edição ao gosto dos editores, pela primeira vez em três anos. A linha de apoio da matéria sobre os três anos de resistência era: “A suspensão da censura prévia: uma vitória. E um longo caminho pela frente até a liberdade”, dando a ideia de que a suspensão da censura era parte de um processo. Ligado a isso, a esse caminho da liberdade, havia mais uma matéria mostrando todo o prejuízo sofrido pelo jornal e a quantidade de material cortado, que chegou a constituir 80 caixas de fragmentos armazenado pelo próprio semanário.

<sup>165</sup> *Movimento*, n. 154, São Paulo, p. 13, 12 jun. 1978.

<sup>166</sup> SMITH, Anne Marie. *Um acordo forçado...*, Op. cit., p. 97.

Havia também, ainda na edição 154, uma matéria chamada “Histórias da censura” com as fotos e as palavras aleatórias que chamaram a atenção da censura. Ao mostrar uma fotografia de um latão de leite censurado ou o bilhete de trem que não pode ser publicado (ambos sem a data em que as fotos saíam em *Movimento*) o jornal demonstrava a arbitrariedade da censura, que não tinha um método ou cartilha exata para cortar. As fotografias banidas, o humor proibido e as edições apreendidas também constituíam parte da matéria. Apenas na primeira edição, nada menos que oito páginas relataram os dramas vividos nos três anos anteriores, finalizando o especial (na edição 154), com a opinião de vários jornalistas sobre “É o fim da censura?”.<sup>167</sup> O semanário, apesar do projeto gráfico deficiente em certos casos, organizava-se de acordo com uma lógica interna. O desenvolvimento dessas matérias nessa linha indica ao leitor uma ordem, um “como ler”. Nesse momento, há a impressão de que o jornal reconstrói a sua própria trajetória, pois se insere dentro de um novo contexto, o contexto de um semanário que sofreu censura. Ao mesmo tempo que quer mostrar a repressão sofrida, se consolida ainda mais como oposição, criticando e denunciando os abusos e as irregularidades do regime de forma mais aberta, enquanto continua ligado aos grupos oposicionistas.

Nas edições seguintes, esse histórico da censura diminui, mas sempre aparece como justificativa para as dificuldades que o jornal vinha enfrentando. Na edição 155, na matéria “Cortando o que produz impacto”, também do “Especial”, os temas tratados foram os assuntos mais atrativos para as tesouras da censura durante aqueles três anos, dando destaque: à morte de Herzog, em 1975 (22 laudas, fotos e ilustrações vetadas na íntegra); à demissão do general Sylvio Frota (25 laudas e ilustrações, totalmente censuradas) que, devido a censura, causou problemas na hora da diagramação do jornal, que teve que publicar quase três páginas em negro; à morte dos presidentes João Goulart e Juscelino Kubitschek, nas quais o jornal não pode falar sobre o assunto; ao levantamento feito sobre os presos políticos em 1975 (57 laudas vetadas na íntegra). As falas do general Figueiredo, chefe do SNI na época, eram outro tópico geralmente vetado; o semanário até questionava e ironizava a situação na edição número 154:

[...] a censura vetou diversas declarações do presidente Geisel e, há duas semanas, uma coletânea de artigos do chefe do SNI, general João

---

<sup>167</sup> *Movimento*, n. 154, São Paulo, p. 20, 12 jun. 1978.

Baptista Figueiredo. Estaria a censura a favor da candidatura do general Euler Bentes?<sup>168</sup>

Esse “Especial” constituiu um novo espaço dentro do próprio jornal. Se o espaço de crítica agora pertencia ao semanário – perfilando seu modo de resistência como *estratégico* – o espaço para a retomada do que a censura havia bloqueado nos últimos três anos faz uma inversão da lógica da censura, pois, ao invés de funcionar como repressão das ideias, ao retomá-las e colocá-las como alvo daquele controle discricionário, dava-lhes novo impulso. Assim, a oposição absorvia e reconvertia uma artimanha do regime em benefício próprio e de forma organizada, a partir do espaço que agora podia, finalmente, utilizar com autonomia:

Estes são apenas alguns exemplos que explicam ao leitor porque muitas vezes **Movimento** saía às bancas com [sic] um jornal fraco e sem impacto. Era justamente esse o objetivo da Censura mas, apesar de toda a violência, ela não conseguiu sucesso em seu empreendimento pois nestes três anos nunca nos desanimamos diante da tarefa de fazer dois ou até três jornais para poder publicar pelo menos um.<sup>169</sup>

Fechando com a citação acima, há também uma preocupação do semanário, ao produzir uma reportagem sobre a censura, em explicar ao seu leitor o porquê de, por alguns anos, não ter noticiado na capa a morte de Herzog, já que “evidentemente seria a capa do jornal, se não fosse a ação da censura. A capa do jornal daquela semana teve de ser sobre o aniversário da queda da ditadura de 45!”,<sup>170</sup> Tal forma de interação com o seu leitor, já estava caracterizado por um compromisso de sinceridade, estabelecido desde a época da censura prévia, ao colocar grandes blocos negros, frases repetidas sobre a importância de assinar o semanário ou até mesmo manter espaços em branco, onde constavam palavras, antes dos cortes dos censores. O jornal não tentou esconder de seu leitor que era vítima de censura, e mesmo com os cortes prejudicando a edição, o espaço, sem qualquer tipo de informação, permanecia ali. O quadro negro, no espaço da censura, foi tão significativo que os próprios censores proibiram o jornal de usá-lo<sup>171</sup>, ou seja, era uma forma de gravar o registro da marca da censura; melhor dito, censurar o vazio (um quadro negro) produzido pela própria ação da censura. Sendo assim, *Movimento* obrigava-se a se reinventar de muitas formas.

O jornal também noticia a censura em outros locais, como no teatro.

<sup>168</sup> *Movimento*, n. 154, São Paulo, p. 15, 12 jun. 1978.

<sup>169</sup> *Movimento*, n. 155, São Paulo, p. 12, 19 jun. 1978.

<sup>170</sup> *Ibid.*

<sup>171</sup> *Ibid.*, p. 120.

## CENSURA

Existem hoje mais de 500 textos teatrais proibidos pela Censura Federal. A informação foi dada pelo ator Carlos Vereza em Salvador, na Bahia: “Na macarronada repressiva do Brasil, o molho é representado pela censura”. De acordo com o ator e autor da peça *Nó Cego*, a censura é um dos fatores determinantes da chamada crise da dramaturgia brasileira: “No momento político que estamos vivendo, o teatro é a arte mais cerceada pelos poderes seletivos”.<sup>172</sup>

Por mais que a censura tivesse terminado no periódico, ela persistia em muitos outros lugares e meios – como no rádio e na TV, pois o primeiro atingia cerca de 84 milhões de pessoas e a segunda 45 milhões, “num país em que 40% da população ainda são na realidade analfabetos, e em que, da população alfabetizada só um pequeno número pode comprar jornais ou revistas”, destaca-se o poder que possuíam tanto o rádio como a televisão.<sup>173</sup> Por isso, o jornal alternativo, que criticava as políticas repressivas do governo e não sofria mais da medida estatal – a censura – usava seu espaço para denunciá-la. Segundo Maria Helena Moreira Alves,

as peças e montagens teatrais sofrem censura a priori - com os censores lendo e cortando os trechos consideráveis indesejáveis - e a posteriori. Os censores devem estar presentes às representações, e podem suspender ou proibir uma peça sempre que acharem que o espetáculo não está de acordo com o texto censurado. Os promotores de todos os espetáculos públicos, inclusive concertos, devem reservar quatro ingressos gratuitos para a burocracia da censura, de modo que os censores possam acompanhar e atestar sua conformidade com as regras estabelecidas.<sup>174</sup>

Esta matéria sobre a censura no teatro está na seção *Os Fatos*, da edição 154. Ainda na mesma página, há notas sobre: Esquadrão da Morte de Sergipe; três membros, também do Esquadrão, que foram absolvidos; a ausência dos culpados pela tortura de Paulo Moraes; a absolvição de um grupo acusado de participar da Ação Popular Marxista Leninista (AP-ML); a confirmação da prisão de intelectuais em Curitiba, antes negadas pelo general Aleindo Gonçalves; a situação dos pequenos lavradores na Bahia e em Sergipe; a carta da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura ao ministro Golbery do Couto e Silva, pedindo a reforma agrária; a nova chapa concorrendo ao Sindicato dos Professores do Rio de Janeiro; a desativação do Parque Indígena do Araguaia, pela Funai.<sup>175</sup> Conclui-se que grande quantidade de matérias

<sup>172</sup> *Movimento*, n. 154, São Paulo, p. 21, 12 jun. 1978.

<sup>173</sup> ALVES, Maria Helena Moreira de. *Estado e Oposição No Brasil...*, Op. cit., p. 214.

<sup>174</sup> *Ibid*, p. 215.

<sup>175</sup> *Movimento*, n. 154, São Paulo, p. 21, 12 jun. 1978.

reunidas na mesma seção, envolvendo a violação de direitos humanos e a luta pela justiça em relação às antigas violações, fortalecem o caráter denunciador do semanário.

A censura não era a única forma de violação dos direitos humanos e repressão, retratados no semanário. Ainda na primeira edição após o final da censura, a contracapa era ocupada com um relato da violência policial contra os estudantes na Bahia. O título era sintético: “Bombas e cães contra estudantes”, mas a linha de apoio dizia o seguinte: “Na Bahia, a polícia investe contra os estudantes na mais violenta repressão dos últimos anos”. O fato da oposição ocupar o espaço público e o movimento estudantil crescer consideravelmente nos últimos tempos, não permitia esperar reação tão violenta em um estado que se encontrava, teoricamente, na política de distensão proposta pelo governo Geisel. Tal repressão no período, porém, não seria incomum. Um dos subtítulos que apoia essa ideia é: “Os secundaristas voltaram às ruas de Salvador. Foi a primeira vez desde 1968”, pois durante esses dez anos, entre os dois períodos, talvez fosse difícil pensar em uma manifestação organizada, devido à impossibilidade dos grupos oposicionistas se articularem de uma forma plena.

Na edição número 157, noticia-se sobre três mulheres feridas por bombas jogadas pela repressão contra uma manifestação estudantil na PUC de São Paulo. As mesmas relataram os ferimentos decorrentes – queimaduras de 1º a 3º grau, em várias partes do corpo, incluindo no rosto – e criticam o governo pela repressão, pela falta de auxílio prestado, não assumindo a sua responsabilidade nos acontecimentos, e pelo tratamento dado à questão, ao divulgar somente que ajudaria financeiramente no tratamento das três estudantes feridas, como se fosse uma espécie de caridade, segundo palavras do coronel Erasmo Dias.<sup>176</sup>

Logo após a invasão da PUC, e diante do repúdio que se levantou contra a violência da polícia, o então secretário da Segurança Pública de São Paulo e hoje candidato a deputado federal pela Arena paulista, coronel Erasmo Dias, disse que a polícia assumiria as despesas para o tratamento das estudantes atingidas pelas bombas, não porque se considerasse culpada pelos ferimentos e queimaduras, mas devido a “sentimentos humanitários”.<sup>177</sup>

Em síntese, as vítimas não receberam a ajuda necessária e reclamaram da falta de auxílio estatal para atenuar um problema que o próprio governo criou: a ação

<sup>176</sup> *Movimento*, n. 157, São Paulo, p. 7, 03 jul. 1978.

<sup>177</sup> *Ibid.*, p. 5.

repressiva, exemplificada pelo impacto produzido pelas bombas. A partir da reclamação e da voz das três mulheres, há uma crítica embutida às essas contradições do Estado.

A tortura, praticada pelos órgãos repressivos, que aparecia de modo mais tímido antes do final da censura prévia, agora era explicitada. Na capa da edição 155, o torturador de Vladimir Herzog, conhecido como “Capitão Ubirajara”, teve seu retrato falado divulgado e acompanhado da manchete “RETRATO FALADO DE UM TORTURADOR”. Na página 3 do mesmo número, a mesma imagem vinha acompanhada do título “Este homem é um torturador”. Ao lado, na página 2, foram publicadas matérias sobre pessoas torturadas, censura e uma matéria que tinha a função de alertar o cidadão:

#### Carros Incomuns

Aquele carro com chapa comum, motorista comum parado na esquina pode não ser um carro comum e sim um carro da polícia vigiando algum cidadão. Sabe-se que nas grandes cidades existem muitos carros assim. Agora, a frota vai aumentar: o ministro da Justiça, Armando Falcão, autorizou a Polícia Federal a comprar 72 viaturas disfarçadas de carro comum para “missões estritamente policiais de caráter sigiloso. As chapas fria serão controladas pelo Detran.<sup>178</sup>

Junto a essa matéria, há uma ilustração (sem assinatura) que mostra a traseira de um carro com dois homens de chapéu e capas, de porte grande, supostamente ocupando os bancos dianteiros, e um indivíduo pequeno e aparentemente nervoso, no meio dos dois, dando uma indicação de ameaça. O jornal, assim, assumia mais uma função. Além de resistir e denunciar os aparatos repressivos, alertava seu leitor para que esse tomasse cuidado com eles.

Matérias sobre a morte de Vladimir Herzog foram publicadas em quatro edições. Na primeira, vem a público o texto sobre sua morte, e que acabara censurado. Associado a ele, há uma cópia da capa da edição (que foi cortada), com um emocionante bilhete da redação de *Movimento* para a esposa de Herzog, Clarice, em 1975, na época em que a capa deveria ter sido publicada:

Clarice,

Fizemos a matéria sobre a morte do Wlado, mas a censura cortou. A redação acha que você deveria ficar com os originais. O desenho é do Elifas Andreatto [sic]. Era a capa da edição.<sup>179</sup>

<sup>178</sup> *Movimento*, n. 155, São Paulo, p. 2, 19 jun. 1978.

<sup>179</sup> *Movimento*, n. 154, São Paulo, p. 13, 12 jun. 1978.



A capa, disponibilizada no Especial da edição 154, é apenas o rosto de Herzog, preenchendo todo o espaço disponível e um carimbo de “VETADO” logo abaixo da matéria principal. Já a segunda<sup>180</sup> retrata o capitão Ubirajara, o torturador de Herzog na prisão; e a matéria refuta a ideia do falso suicídio, pois ela não convence os advogados e outros envolvidos no processo. Na terceira edição<sup>181</sup>, há uma chamada de capa: “Punição para os torturadores”, onde se comenta a decisão do governo de impedir que o juiz da 7ª Vara de São Paulo publique a sentença final da ação movida contra a União pela morte do jornalista<sup>182</sup>. Também se discorre sobre outras mortes suspeitas na instituição. Inserida nessa questão, há uma forte crítica à ideia de anistia para todos – incluindo os torturadores:

É um perigoso engano imaginar que a tarefa de apurar os crimes contra os direitos humanos cometidos no Brasil nos últimos anos esteja ultrapassada e que, hoje, para facilitar a democratização, seria conveniente esquecer os crimes passados. Justamente para facilitar a democratização é que se torna indispensável apurar os crimes contra os direitos humanos e punir seus responsáveis.<sup>183</sup>

O caso Herzog é um dos primeiros em que se acusa o Estado como culpado pela morte de alguém que foi torturado. Todo o processo só é possível graças à liberalização do Estado e da articulação da oposição, que cada vez ocupa mais espaços dentro do poder político. E a publicação só é possível graças à liberação da censura e ao estabelecimento de uma resistência feita por meio de *ações estratégicas* por parte do semanário. A última matéria, da edição 157, é sobre a União ter impossibilitado a leitura da sentença de Herzog e a posição da família quanto a isso:

Ao conhecerem o mandato de segurança da União, contra a leitura da sentença do juiz, os advogados da família Herzog enviaram pedido de impugnação para Brasília, mas o Tribunal Federal de Recursos não se manifestou. “A alegada lesão moral à União”, diziam os advogados neste novo recurso, “na realidade se concretizou quando Vladimir Herzog foi morto nas dependências do DOI-CODI, depois de preso ilegalmente. A procedência da ação não irá punir o Estado, mas ao contrário redimi-lo”.<sup>184</sup>

<sup>180</sup> *Movimento*, n. 155, São Paulo, p. 3-4, 19 jun. 1978

<sup>181</sup> *Movimento*, n. 156, São Paulo, p. 2, 26 jun. 1978.

<sup>182</sup> Apesar do ganho de causa por parte da família de Herzog no final de 1978, a mudança de seu laudo médico se deu apenas em setembro de 2012, mudando, na certidão de óbito, a causa de sua morte de suicídio para “Lesões e maus tratos sofridos em dependência do 2º Exército – SP (DOI-Codi)” (*Estadao.com.br*, disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,justica-determina-mudanca-em-atestado-de-obito-de-herzog,935271,0.htm>. Acesso: 03 de dezembro de 2012)

<sup>183</sup> *Movimento*, n. 156, São Paulo, p. 2, 26 jun. 1978.

<sup>184</sup> *Movimento*, n. 157, São Paulo, p. 6, 03 jul. 1978.

O Judiciário estava voltando a estabelecer algum tipo de independência em relação ao poder Executivo e isto era importantíssimo no que dizia respeito à política de distensão e a obtenção de espaço pelos grupos oposicionistas ao governo, pois

a defesa dos presos políticos, o equilíbrio no Judiciário no julgamento dos casos e o fato de que apesar dos expurgos e outros mecanismos de controle ele [o Judiciário] continuasse a proclamar sua independência em relação ao Executivo foram fatores que contribuíram para forçar o governo a estabelecer algumas das mais importantes garantias civis e judiciais.<sup>185</sup>

Porém, o período de distensão não foi uniforme, e essas reincidências repressivas – proibir a leitura da sentença – apesar de parte do processo, foram alvo de críticas da oposição.

Dentro do processo analisado, pode-se perceber, além da nova qualidade gráfica do jornal (que agora, sem a censura, não fica sujeito aos cortes que prejudicavam sua diagramação, deixando espaços e conteúdos deslocados) que *Movimento*, além de crítico, constituiu uma unidade de sentido político que reúne a oposição. O jornal agora tem espaço para resistir às arbitrariedades do regime com a imprensa. Além disso, possui o poder que possibilita a organização de “lugares teóricos (sistemas e discursos totalizantes”<sup>186</sup>, ou seja, de um discurso organizado e planejado, a partir do que o jornal deseja se constituir como sua atividade de resistência, uma resistência *estratégica*. A voz e a palavra de diversos grupos de oposição foram acolhidos dentro do jornal, como as reivindicações estudantis, a luta pela anistia, a censura em outros veículos (como no rádio e na TV – devido à abrangência de seu público), e outros encontraram eco nas suas páginas. As vozes que compõem esses movimentos e/ou as opiniões sobre eles podem ser diferentes e o jornal tenta retratá-las; mas o aspecto que une todos ali é a luta contra o regime ditatorial, reforçando nesse ato o caráter identitário da oposição. Com o fim da censura, essa atitude de oposição ao regime, de existência anterior, ganhou a possibilidade de definir-se como tal e planejar e redimensionar suas potencialidades de crítica e resistência.

<sup>185</sup> ALVES, Maria Helena Moreira de. *Estado e Oposição No Brasil...*, Op. cit., p. 208.

<sup>186</sup> DE CERTEAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano...*, Op. cit., p. 102.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trabalhar com fontes impressas constitui, sem dúvida, um trabalho árduo devido à complexidade de vozes que aparecem nas páginas de um periódico, o que causou uma certa dificuldade metodológica na análise. A partir da relação dos dois momentos do mesmo jornal, *Movimento* – quatro edições antes do final da censura prévia e quatro edições depois – algumas considerações preliminares podem ser pensadas.

As críticas ao governo já aconteciam antes do final da censura, mas sua publicação era incerta, podendo ser censuradas a qualquer momento. Relacionado a isso, havia gastos de tempo, pessoal e dinheiro, o que prejudicava seriamente a publicação e colocavam em questão a própria sobrevivência de *Movimento*.

Após o final da censura prévia, os textos questionadores continuam ocupando aproximadamente o mesmo espaço, que antes não podia autodenominar-se crítico, devido à medida repressiva. Aproveitando-se das *brechas* que a censura permitia, o jornal tentava resistir às medidas repressivas do estado ditatorial a partir de *ações táticas* pois era impossível ao periódico se constituir como um espaço de denúncia – mesmo que o fizesse, a censura poderia, a qualquer momento, banir essas críticas e retirar esse possível espaço. Então, *Movimento* precisava aproveitar as lacunas que a censura não cortava. Porém, após o final da censura, o jornal passou a poder publicar qualquer conteúdo desejado, fazendo um novo uso livre de tal espaço – sabendo que existiam outros riscos, como a possível punição ao semanário e aos profissionais que ali trabalhavam (o perigo de atentados com bombas e prisões de jornalistas, por exemplo) devido à publicação de assuntos que desagradassem às autoridades governamentais. Porém eles eram posteriores e externos, e não estavam ligados à organização ou ao planejamento interno da publicação. A partir disso, a crítica se tornou bem mais aberta e as ações de resistência *estratégicas*. O jornal estava se constituindo como um espaço próprio, dele, e de denúncia e sem o medo do boicote por parte da censura. Agora, havia a possibilidade de estabelecer e propagar um discurso próprio do periódico, com fim da censura prévia.

Se, como já foi dito, as críticas ao regime possuíam um espaço e apareciam no semanário antes de 12 de junho de 1978, o número de matérias sobre violação dos direitos humanos e aspectos repressivos do governo ganhou um espaço muito maior, posteriormente à queda da censura prévia. Mas, apesar de não ter mais o suporte da censura, o governo não poderia admitir a violação dos direitos humanos sem prejudicar a legitimidade do regime, que tanto almejava. Segundo Maria Helena Moreira Alves

Com a suspensão da censura prévia, a imprensa assumiu importante papel na ampliação do tímido processo de liberalização. Os principais veículos passaram a publicar artigos criticando o modelo econômico e denunciando a corrupção de altos funcionários governamentais. Mais importante ainda, no entanto, foi o rompimento da cultura do medo, pela eliminação do silêncio: a cada denúncia de casos de tortura, a imprensa oferecia ampla cobertura, exigindo investigações e o fim da violência.<sup>187</sup>

Ou seja, o jornal assume nova função ao poder relatar abertamente sobre a violação dos direitos humanos, ocupando um espaço que antes lhe era interdito. Agora, o semanário pode se planejar e se constituir como um todo, como uma publicação que é pensada e publicada dessa forma.

A crítica velada ao regime, em um primeiro momento, traduzia-se em desvalorizações políticas das práticas ditatoriais; isto tudo denunciado através dessas brechas da censura, ora dadas pelo caráter arbitrário e contraditório que ela tinha, ora possibilitada pelos *dispositivos* jornalísticos – dos quais fala Maurice Mouillaud -, como a disposição das imagens, o perfil dos títulos, o recurso a citações e publicação de entrevistas, etc. Quer dizer, “os dispositivos se encaixam uns nos outros. O jornal se inscreve no dispositivo geral da informação e contém, ele próprio, dispositivos que lhe são subordinados (o sistema de títulos, por exemplo)”<sup>188</sup> e é a partir desses *dispositivos* articulados que o jornal encontrava suas brechas de atuação, significando os acontecimentos a partir de suas próprias manobras com os seus dispositivos.

A postura de *Movimento* já era esta antes do fim da censura prévia. Depois que ela acaba, o jornal aprofunda suas críticas ao regime. Porém, talvez seja mais importante identificar um novo foco nos objetivos dos responsáveis pelo mesmo: a procura e o estabelecimento de uma identidade para o jornal. Quer dizer, imprimir uma marca que o distinguísse dentro de um cenário onde a necessidade de burlar a censura não é mais uma ação urgente tão recorrente, e no qual a luta e a resistência contra a ditadura

<sup>187</sup> ALVES, Maria Helena Moreira de. *Estado e Oposição No Brasil...*, Op. cit., p. 217.

<sup>188</sup> MOUILLAUD, Maurice. *Da forma ao sentido.*, Op. cit., p. 15.

persistiam como eixos vertebrais da proposta editorial. Dentro dessa lógica, uma opção foi trazer a público grande parte do material produzido e vetado durante a vigência da censura prévia. Assim, *Movimento* procura utilizar a própria existência da censura e resgata matérias por serem consideradas questionamentos das diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional. Logo, procura-se retomar tudo o que não pode ser dito anteriormente, por causa da interferência direta na edição do jornal; procura-se, desta maneira, dar voz e espaço aos diversos grupos unificados na resistência ao regime. Os mesmos passam a ocupar espaços, muitos reabertos, na cena política e social do país. Essa maior liberdade de atuação não impede que se realizem reflexões sobre a continuidade da insegurança da situação e críticas ante a permanência da arbitrariedade das ações ditatoriais. O perigo de uma nova intervenção estatal nas publicações do semanário, a qualquer momento, está sempre presente.

Quanto aos aspectos teóricos consideramos que o estudo baseado em Michel De Certeau é uma etapa preliminar que deve ser aprofundado, em estudos futuros. O mesmo pode ocorrer com as noções de Pierre Bourdieu, particularmente na apropriação mais reflexiva dos conceitos de *campo político* e *campo jornalístico*.

A partir de *Movimento* pode-se pensar a relação entre o campo jornalístico e o campo político, neste momento específico da história do Brasil, através de uma via dupla, materializada pela censura: a censura é uma interferência direta do campo político no campo jornalístico. Para Rafael do Nascimento Grohmann,

o acontecimento midiático se dá na intersecção e relação do campo da imprensa com os diferentes campos sociais, ou seja, são transformadas em notícias as ocorrências situadas em tempos, espaços e condições consideradas legítimas pelos profissionais da comunicação; acontecimentos reconhecidos socialmente enquanto notícia.<sup>189</sup>

Ela procura anular a autonomia relativa do campo midiático através da interferência direta do veto – tudo isto reforçado pela ausência de legislação (já que, mesmo executada de forma padronizada em todo o país, ela era “ilegal, secreta e rara”<sup>190</sup> e as publicações que sofriam com a censura prévia “não podiam avisar que estavam sendo censuradas e, de fato, a censura em si era um dos temas mais

---

<sup>189</sup> GROHMANN, Rafael do Nascimento. Pierre Bourdieu e a Sociologia Crítica do Jornalismo. In: VI Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação – *Sopcom. Anais do VI Sopcom*. Lisboa: Universidade Lusófona, 2009, p. 2668.

<sup>190</sup> SMITH, Anne Marie. *Um acordo forçado...*, Op. cit., p. 96

censurados”<sup>191</sup>). Mas por outro lado, a crítica ao regime, os ataques às práticas do Estado e a resistência à censura são também tentativas do campo jornalístico de interferir no campo político.

Podemos quase dizer, forçando um pouco a expressão, que o lugar estratégico onde se desenvolvem as manifestações, sejam elas violentas e espontâneas ou pacíficas e organizadas, não é a rua, simples espaço aparente, mas a imprensa (ao senso largo). As manifestações desfilam pela prensa e pela televisão. Os jornalistas, presentes sempre ao longo dos desfiles ou instalados em suas salas de prensa especialmente dispostas para eles, creem dar conta das manifestações sem sempre perceberem que eles participam de sua realização ao senso quase cinematográfico da palavra.<sup>192</sup>

Nesse sentido, pensar *Movimento*, enquanto campo jornalístico, implica pensar um campo com uma autonomia restringida arbitrariamente pela ação repressiva da censura, tanto a prévia quanto a autocensura. Segundo Bourdieu,

a noção de campo está aí para designar esse espaço relativamente autônomo, esse microcosmo dotado de suas leis próprias. Se, como macrocosmo, ele é submetido a leis sociais, essas não são as mesmas. Se jamais escapa às imposições do macrocosmo, ele dispõe, com relação a este, de uma autonomia parcial mais ou menos acentuada.<sup>193</sup>

A esta relação de forças, o semanário resiste, tanto quanto luta pela autonomia de seu campo, quanto contra o próprio regime político e a ordem das coisas que leva a esta situação. Esta resistência, dada a existência da censura, pode ser entendida como a resistência “tática” de que fala Michel de Certeau, que se utiliza de brechas dentro da lógica alheia para, no tempo que lhe for possível, resistir a uma imposição. Contudo, estas brechas “taticamente” utilizadas por *Movimento* para resistir, são dadas, no caso, através dos dispositivos próprios do fazer jornalístico; a disposição de imagens, as falas alheias, a máscara da imparcialidade ou do distanciamento (mesmo que nem pretendida e nem alegada, mas utilizada enquanto recurso tático de resistência), os títulos das matérias. Aqui lembramos do que Bourdieu chama de “o poder simbólico de nomear”, principal capital colocado em jogo pelos jornais. Aquilo que, segundo Grohmann, consiste em atribuir nomes como uma “prática de enquadramento de casos novos [...] a

<sup>191</sup> *Ibid.*

<sup>192</sup> CHAMPAGNE, Patrick. *Faire l'opinion. Le nouveau jeu politique*. Paris: Edition de Minit, 1990 apud FERREIRA, Jairo. Mídia, jornalismo e sociedade: a herança normalizada de Bourdieu. In: *Estudos em Jornalismo e Mídia*; v. 2, n. 1, 2005, p. 38.

<sup>193</sup> BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo, Editora UNESP: 2004, pp.19-20.

esquemas pré-estabelecidos de representação”<sup>194</sup>), etc. Nesse sentido, as brechas utilizadas pela tática na resistência de *Movimento* são dadas pelas leis e recursos próprios do jornalismo. Então, é possível, mesmo com a interferência direta da censura e a ausência de uma legislação ou institucionalização, falar em um campo jornalístico no Brasil deste período, ou ao menos um campo em formação, que, através da luta contra o regime, também luta por sua autonomia, e vice versa. Nesse sentido, a forma mais explícita proposta pelo próprio jornal, é a ideia de constituir um “jornal de jornalistas” como exemplo de luta pela autonomia do campo jornalístico no Brasil.

---

<sup>194</sup> GROHMANN, Rafael do Nascimento. *Pierre Bourdieu e a Sociologia Crítica do Jornalismo.*, Op. cit., p. 2668.

## REFERÊNCIAS

### 6.1 FONTES CONSULTADAS

*Movimento*, n. 1, São Paulo, 07 jul. 1975.

*Movimento*, n. 7, São Paulo, 18 ago. 1975.

*Movimento*, n. 18, São Paulo, 03 nov. 1975.

*Movimento*, n. 150, São Paulo, 15 mai. 1978.

*Movimento*, n. 151, São Paulo, 22 mai. 1978.

*Movimento*, n. 152, São Paulo, 29 mai. 1978.

*Movimento*, n. 153, São Paulo, 05 jun. 1978.

*Movimento*, n. 154, São Paulo, 12 jun. 1978.

*Movimento*, n. 155, São Paulo, 19 jun. 1978.

*Movimento*, n. 156, São Paulo, 26 jun. 1978.

*Movimento*, n. 157, São Paulo, 03 jul. 1978.

*Movimento*, n. 171, São Paulo, 09 out. 1978.

*Movimento*, n. 334, São Paulo, 23 nov. 1981.



## 6.2 BIBLIOGRAFIA

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil. (1964-1984)*. Bauru: Edusc, 2005.

AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa e Estado Autoritário, 1968-78, o exercício do cotidiano da dominação e da resistência; O Estado de São Paulo e Movimento*. São Paulo: USP/FFLCH, 1990.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: Editoria FGV, 2000.

AZEVEDO, Carlos; AMARAL, Marina; VIANA, Natália. *Jornal Movimento, uma reportagem*. Belo Horizonte: Manifesto, 2011.

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora UNESP: 2004.

BRAGA, José Luiz. *O Pasquim e os anos 70: Mais para Epa que para Oba*. Brasília: UnB, 1991.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1996.

FAUSTO, Bóris; DEVOTO, Fernanda. *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)*. São Paulo: Ed34, 2004.

FERREIRA, Jairo. *Mídia, jornalismo e sociedade: a herança normalizada de Bourdieu*. In: *Estudos em Jornalismo e Mídia*; v. 2, n. 1, 2005.

FERNANDES, Ananda Simões. *A reação da imprensa alternativa brasileira à censura durante os “anos de chumbo” (1969-1974): o caso do semanário O Pasquim*. In: WASSERMAN, Cláudia & GUAZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *Ditaduras Militares na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004

GROHMANN, Rafael do Nascimento. Pierre Bourdieu e a Sociologia Crítica do Jornalismo. In: VI Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação – Sopcom. *Anais do VI Sopcom*. Lisboa: Universidade Lusófona, 2009.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários*. São Paulo: Edusp, 2003

MEDINA, Jorge Lellis. Gêneros jornalísticos: respondendo a questão. In: *Revista Symposium*. Pernambuco, ano 5, n. 1, janeiro-junho 2001. Disponível em: <<http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/3196/3196.PDF>>. Acesso em 03/12/12.

MELO, José Marques. *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis : Vozes, 1985.

MICOLLIS, Leila. *Catálogo de Imprensa Alternativa*. Rio de Janeiro: Rio Arte, 1986.

MOUILLAUD, Maurice. Da forma ao sentido. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sergio (Org). *O jornal da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15, 1997.

ROSA, Michelle. O pensamento de esquerda e a *Revista Civilização Brasileira* (1965-1968). In: WASSERMAN, Cláudia; GUAZELLI, Cesar (Orgs.). *Ditaduras Militares na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

SCHMIDT, Benito Bisso. Práticas e táticas: Michel de Certeau (re) inventa o cotidiano. In: *Biblos: revista do Departamento de Biblioteconomia e História*. Rio Grande Vol. 6 (1994).

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012 (O Brasil Republicano; v.4).

SMITH, Anne-Marie. *Um acordo forçado. O consentimento das imprensas à censura no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SOUZA, Maurício Maia. *Henfil e a censura: o papel dos jornalistas*. Dissertação de mestrado. ECA: USP, 1999.

WASSERMAN, Claudia. O império da Segurança Nacional: o golpe militar de 1964 no Brasil. In: WASSERMAN, Cláudia; GUAZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *Ditaduras Militares na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

## ANEXOS

Anexo 1. *Movimento*, n. 150, capa, São Paulo, 15 mai. 1978.



Anexo 2. *Movimento*, n. 151, capa, São Paulo, 22 mai. 1978.



Anexo 3. *Movimento*, n. 152, capa, São Paulo, 29 mai. 1978.



Anexo 4. *Movimento*, n. 153, capa, São Paulo, 05 jun. 1978.



Anexo 5. *Movimento*, n. 154, capa, São Paulo, 12 jun. 1978.

**MOVIMENTO**  
Com a edição semanal brasileira da *The World*

**SEM CENSURA!**

História dos 3 anos da Censura em Movimento. Especial, 8 páginas.

**NESTE NÚMERO:**

**A GREVE VISTA POR 10 GREVISTAS**

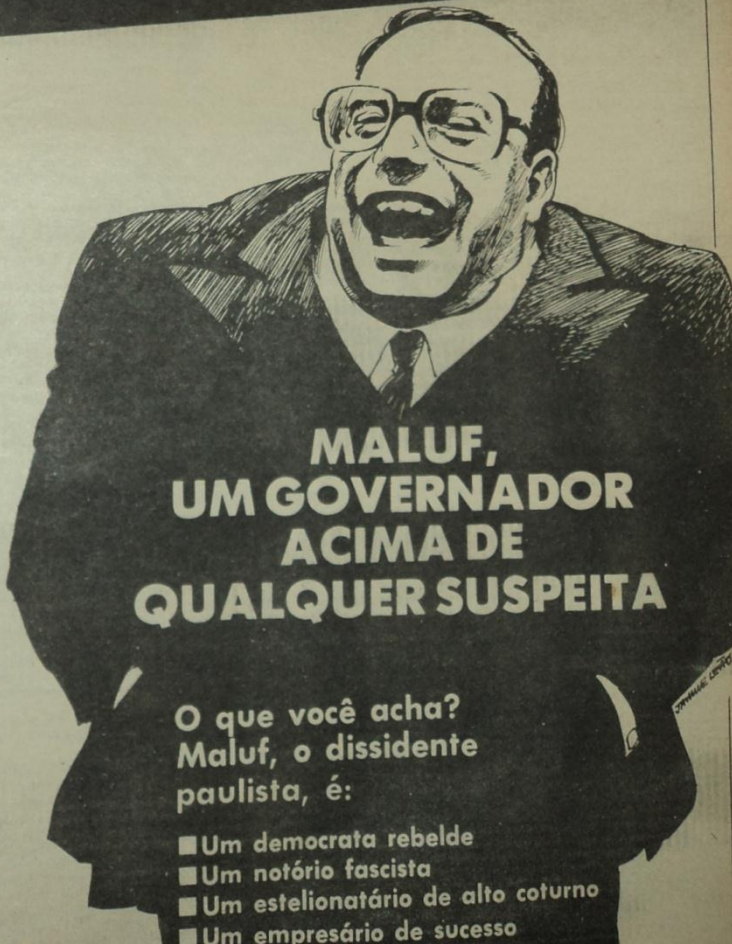
**O CAPITÃO ESCREVE DO CÂRCERE**  
Exclusivo: o capitão Itamar, da prisão em Porto Coimbra, fala de nosso país

**COPA: O JUDAS COUTINHO**  
por Plínio Marcos e Mané Garrincha

**FUTEBOL: É ÓPIO, OU NÃO É?**  
Roberto Drummond x Chico de Oliveira

**O PAÍS DA MAIOR CONCENTRAÇÃO DE RENDA DO MUNDO (ADIVINHE QUAL É?)**  
por José Serra, ex-presidente da UNE

**PORQUE OS NAZISTAS NÃO MERECEM ANISTIA**  
pelo rabino Henry Sobel



**MALUF, UM GOVERNADOR ACIMA DE QUALQUER SUSPEITA**

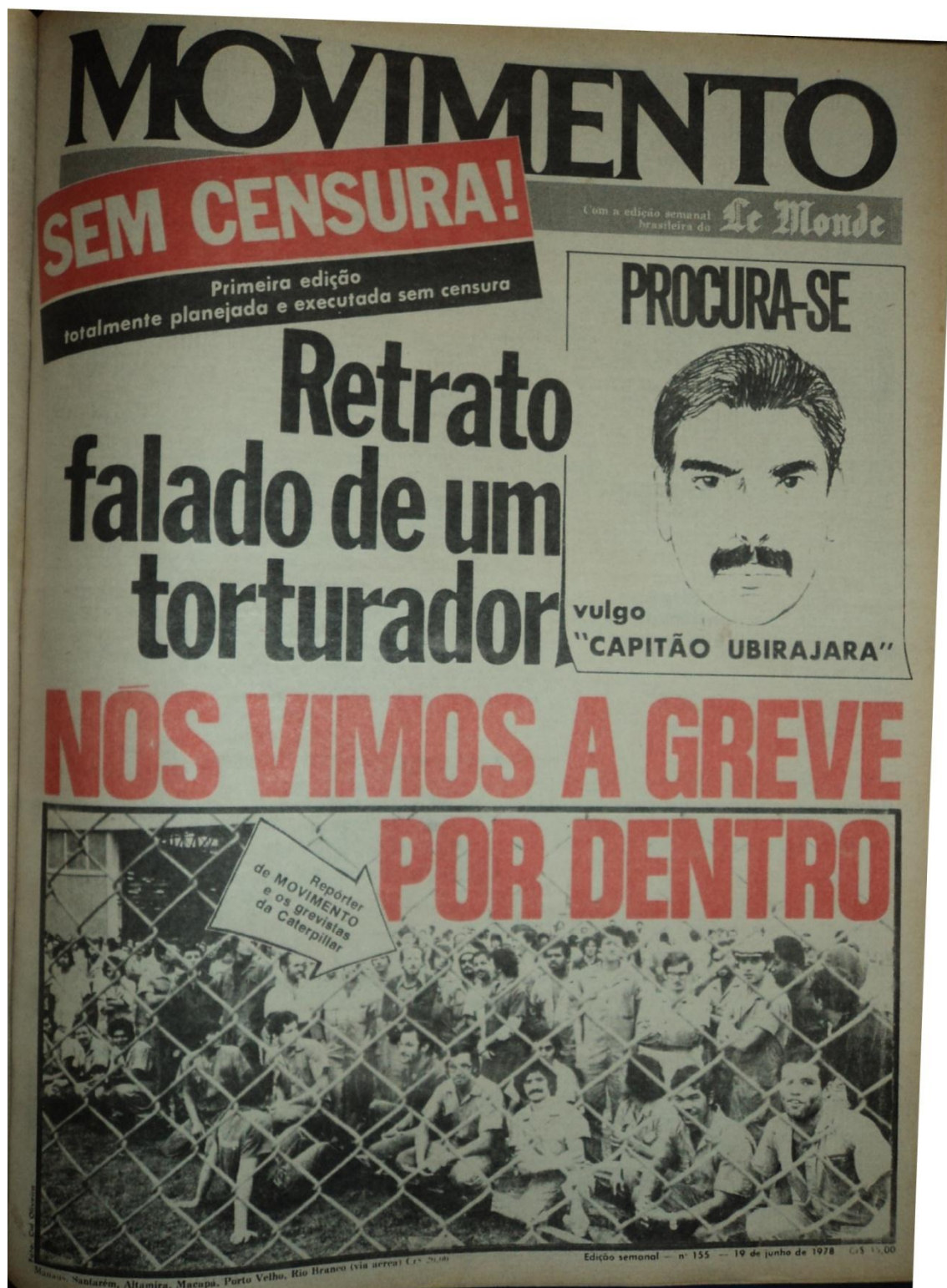
O que você acha? Maluf, o dissidente paulista, é:

- Um democrata rebelde
- Um notório fascista
- Um estelionatário de alto coturno
- Um empresário de sucesso

Edição semanal - 12 de junho de 1978 - nº 154 Cr\$ 15,00

Manaus, Santarém, Altamira, Macapá, Porto Velho, Rio Branco (via aérea) Cr\$ 20,00

Anexo 6. *Movimento*, n. 155, capa, São Paulo, 19 jun. 1978.





Anexo 7. *Movimento*, n. 153, capa, São Paulo, 26 jun. 1978.



Anexo 8. *Movimento*, n. 157, capa, São Paulo, 03 jul. 1978.

